



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

LUAN ANDRADE DE JESUS

**MECANISMOS DE DISCIPLINAMENTO: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO
DE CONTROLE E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS**

**CRUZ DAS ALMAS- BA
2021**

LUAN ANDRADE DE JESUS

**MECANISMOS DE DISCIPLINAMENTO: A ESCOLA COMO UM
ESPAÇO DE CONTROLE E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS
CORPOS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Biologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosilda Arruda Ferreira.

**CRUZ DA ALMAS- BA
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ao meu Eu do futuro. Obrigado por você ter aguentado firme. Isso aqui, é só o primeiro passo de um caminho cheio de possibilidades. Nunca esqueça de onde você veio. Voe, guerreiro!

AGRADECIMENTOS

Esse é aquele momento que a gente para, pensa e percebe que tudo valeu a pena. Eu fiz a escolha certa!

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo infinito amor e pela bondade em me fortalecer após os dias tempestuosos. Obrigado pela vida.

Agradeço muito a minha mãe Ude, por nunca desistir de mim, por sempre me dar forças, carinho, conselhos e por me proporcionar a vida. Por toda as vezes que a senhora batalhou trabalhando nas cozinhas dos outros, por toda as vezes que lutamos juntos por uma melhor qualidade de vida. Obrigado pela oportunidade de me proporcionar a alegria em ser seu filho. Essa vitória é sua também. Eu te amo!

Agradeço a minha avó Emília, por sempre me incentivar a estudar e pelas vezes que a senhora pagou cursos para mim (risos), eu te amo vovó. Sou grato a todos os meus familiares que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu alcançasse está vitória.

Um agradecimento muito especial para a minha orientadora acadêmica, Dr^a. Rosilda Arruda, por ser tão amável, generosa e que topou me ajudar a compreender um pouco mais das reflexões de Foucault (risos). Obrigado por ter compartilhado comigo os seus conhecimentos, fazendo de mim um profissional mais maduro. Estendo esse agradecimento, para a professora Dr^a Luiza Ramos, eu não poderia deixar de agradecer a essa minha orientadora da vida. A senhora foi uma mãe para mim. Muito obrigado por cada palavra, puxão de orelha (risos). A senhora e a pró Rosilda são inspirações para mim. Eu amo vocês.

Agradeço aos meus queridos professores do curso de licenciatura em biologia, pelos longos, porém prazerosos quatro anos de partilha. Aproveito para agradecer aos meus amados professores do CEFM que fizeram do meu ensino médio um momento de muito aprendizado e inspiração docente. Se cheguei ao final desta etapa de minha vida, foi graças a vocês. Jamais irei esquecer da grande ajuda que vocês me deram no meu processo de mudança de cidade, possibilitando a minha permeância na graduação. Vocês são incríveis.

Meu muito obrigado aos meus amigos de vida e também os da graduação. Obrigado pela força e companhia nas várias madrugadas que passamos

estudando para provas e seminários. Um obrigado especial a minha amiga Adryele, que me aguentou durante a graduação, sendo a minha parceira em provas, trabalhos e estágios. Foi um prazer dividir as salas de aula com você. Com certeza, vocês me ajudaram a tornar a vida universitária mais leve.

Sou grato a minha família PET UFRB e Recôncavo em Conexão, por ter me proporcionado enriquecimento e crescimento profissional e pessoal. Cada um de vocês marcaram um pedaço da minha história. Esse agradecimento, também vai para o meu “reverendo educador” professor Dr Neilton Silva, que com todo intelecto, contribuiu significativamente para a minha formação e fortalecimento da minha identidade docente.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer a mim. Agradeço pela pessoa que me tornei e por tudo que suportei até chegar aqui. Momentos difíceis, crises de ansiedade, medo, insônia, falta de dinheiro. Tudo isso, contribuíram para o meu crescimento. O menino que entrou pelos portões da UFRB lá em 2016, saiu um PROFESSOR em 2021.

MUITO OBRIGADO!

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.” Paulo Freire

JESUS, Luan Andrade. **MECANISMOS DE DISCIPLINAMENTO: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE CONTROLE E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS.** Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2021.

RESUMO

Norteados pelas discussões sobre mecanismos de disciplinamento, particularmente, as discussões propostas por Foucault, este trabalho teve como objetivo compreender como os alunos de uma escola pública percebem a relação entre mecanismos de disciplinamento e aprendizagem, além de identificar como são definidos e organizados os mecanismos disciplinares da escola e analisar a ação desses mecanismos na prática do cotidiano escolar. Para tanto, no percurso metodológico adotamos uma pesquisa de natureza qualitativa e abordagem interpretativa que foi realizada com alunos do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola pública. Como instrumento de coleta de dados recorremos à análise documental do regimento interno da escola e do projeto político pedagógico (PPP), bem como a um grupo focal composto por oito alunos regularmente matriculados na escola pesquisada. Com relação à análise documental, os resultados indicaram que a escola adota mecanismos disciplinares que são definidos no âmbito do sistema público estadual e que a mesma institui esses mecanismos como práticas no cotidiano escolar. No que diz respeito ao grupo focal, os alunos percebem a disciplina como necessária para a promoção da harmonia em sala de aula. Todavia, destacam que o excesso da disciplina colabora para tornar o ambiente escolar opressor e limitante. Os dados também revelaram que os alunos não consideram a disciplina como um fator promotor da aprendizagem, indicando a necessidade de práticas mais humanizadas e flexíveis. Neste sentido, considerando a escola pública como o futuro campo de trabalho dos licenciandos, torna-se relevante discutir esse tema durante o percurso formativo de professores como um aspecto importante a ser enfrentado na luta em prol da melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Mecanismos de Disciplinamento; Escola; Disciplina.

JESUS, Luan Andrade. **DISCIPLINARY MECHANISMS: THE SCHOOL AS A SPACE FOR CONTROL AND DISCIPLINARIZATION OF BODIES**. Monograph (Graduation) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2021.

ABSTRACT

Guided by discussions on disciplining mechanisms, particularly the discussions proposed by Foucault, this work aimed to understand how students in a public school perceive the relationship between disciplining mechanisms and learning, in addition to identifying how disciplinary mechanisms are defined and organized. the school and analyze the action of these mechanisms in the practice of everyday school life. Therefore, in the methodological path, we adopted a qualitative research with an interpretive approach that was carried out with students in the third year of elementary school in a public school. As a data collection instrument, we resorted to document analysis of the school's internal regulations and the pedagogical political project (PPP), as well as a focus group composed of eight students regularly enrolled in the researched school. Regarding the document analysis, the results indicated that the school adopts disciplinary mechanisms that are defined within the state public system and that it institutes these mechanisms as practices in everyday school life. With regard to the focus group, students perceive discipline as necessary to promote harmony in the classroom. However, they emphasize that the excess of discipline collaborates to make the school environment oppressive and limiting. The data also revealed that students do not consider the discipline as a factor that promotes learning, indicating the need for more humanized and flexible practices. In this sense, considering the public school as the future field of work for undergraduates, it becomes relevant to discuss this topic during the training course of teachers as an important aspect to be faced in the struggle to improve the quality of education.

Key-words: Disciplinary Mechanisms; School; Discipline.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
CEAF	Colégio Estadual Andrade Foucault
CEE	Conselho Estadual de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
LDBN	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PM	Polícia Militar
PPP	Projeto Político Pedagógico
REDA	Regime Especial de Direitos Administrativos
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E
BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

LUAN ANDRADE DE JESUS

**MECANISMOS DE DISCIPLINAMENTO: A ESCOLA COMO UM
ESPAÇO DE CONTROLE E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS**

A supracitada Monografia é aprovada pelos membros da Banca Examinadora e foi aceita por esta Instituição de Ensino Superior como Trabalho de Conclusão de Curso, no nível de graduação, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Biologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Rosilda Arruda Ferreira – CCAAB/UFRB
Doutora em Educação - Universidade Federal de São Carlos/UFSCar
Orientadora

Prof. Dr. Gabriel Ribeiro – CCAAB/UFRB
Doutor em Ciências da Educação – Universidade do Minho
Membro da Banca

Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza – DCB/UESB
Doutor em Educação – Universidade Federal de São Carlos/UFSCar
Membro da Banca

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A DISCIPLINA COMO CONTROLE DOS CORPOS E DOS COMPORTAMENTOS SOCIAIS: UM OLHAR A PARTIR DE FOUCAULT.	21
3. EXAME, AVALIAÇÃO E DISCIPLINA COMO CONDIÇÃO PARA APRENDIZAGEM: SERÁ ESSA UMA RELAÇÃO REALMENTE NECESSÁRIA? 28	
4. DISCIPLINA/INDISCIPLINA NA ESCOLA: SERÁ A ESCOLA UMA PRISÃO?	37
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS PARA CHEGARMOS AOS OBJETIVOS.	43
5.1. PESQUISA QUALITATIVA: TRABALHANDO COM A SUBJETIVIDADE	44
5.2. LOCUS DA PESQUISA.....	45
5.3. VOLUNTÁRIOS/AS DA PESQUISA	46
5.4. ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS	47
5.5. SOBRE OS CAMINHOS DA ANÁLISE DOS DADOS.....	49
6. RESULTADOS E ANÁLISES.....	51
6.1. A INSTITUCIONALIDADE ESCOLAR: OS DOCUMENTOS “FALAM”!.....	51
6.2. O QUE É DISCIPLINA E COMO OS ALUNOS A PERCEBEM NA ESCOLA	58
6.3. PERCEPÇÃO DOS ALUNOS FRENTE A DISCIPLINA ESCOLAR: A DISCIPLINA AS VEZES EXIGE A CERCA?	61
6.4. PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE DISCIPLINA E APRENDIZAGEM: O DISCIPLINADO APRENDE MAIS?.....	69
7. CONSIDERAÇÕES DO TRABALHO	74
8. REFERÊNCIAS	78
9. APÊNDICES	81

1. INTRODUÇÃO

Durante toda a nossa vida aprendemos a viver em um mundo rodeado de regras e regulamentos que vão nos direcionando a um caminho “correto” a ser seguido e qualquer comportamento que fuja desse destino é caracterizado como uma manifestação desobediente, infratora e anormal. Segundo Foucault (2014), a “disciplina” concebe um mecanismo muito eficaz na normalização e padronização desses comportamentos a fim de adequar os indivíduos em sistemas regidos pelo poder, controle e adestramentos. Dessa forma, produzem corpos capazes de serem domesticados, fazendo assim esse sistema funcionar de forma correta aos olhos de quem o impõe.

Esses mecanismos de controle e poder são denominados por Foucault como “práticas disciplinares”, percebidas como formas de normalização que reforçam o poder sobre o comportamento. O ambiente escolar, por exemplo, se apresenta como um lugar rodeado de normas e padrões que nos fazem refletir acerca da nossa profissão e repensar sob a ótica de que tipo de indivíduos queremos formar: se aqueles que criticam e lutam contra uma sociedade controladora, ou aqueles domesticados que, na melhor das hipóteses, não se sentem incomodados perante uma norma que de alguma forma os desagrade? Situações como essas nos fazem pensar sobre o nosso papel enquanto educador/professor e, para além disso, nos direciona para uma discussão crítica quanto à função social da escola.

Outra reflexão que o educador/professor precisa estar atento e que pode facilitar a compreensão sobre mecanismos de disciplinamento, são os espaços panópticos. O panóptico¹ favorece uma vigilância muitas vezes subjetiva, que permite a coordenação e o controle dos indivíduos, tornando-se mais obedientes. A ideia principal desses espaços ainda continua normalizadora, entretanto, cada vez mais, a disciplina vai se tornando eficaz na modelagem dos comportamentos. Esses espaços dão subsídios para que as manifestações de

¹ Um panóptico é uma construção cujo design é pensado para estrategicamente observar a totalidade da sua superfície interior a partir de um ponto específico, facilitando, assim, o controle daqueles que se encontram dentro do edifício

poder e controle sejam executadas. Assim sendo, o espaço escolar precisa ser propício para a realização desse disciplinamento, um espaço que seja desenvolvido e pensado para que os indivíduos sejam vigiados desde a saída para o intervalo (controlado por sinais), ou nas filas juntamente com as divisões das classes ou turmas. Portanto, a escola torna-se “(...) um espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos no lugar físico onde os menores movimentos são controlados e onde todos os acontecimentos são registrados (...)” (FOUCAULT 2014, p 192).

Por meio de pesquisas históricas e inovadoras, Foucault percebeu no ambiente escolar uma situação de ordem, adestramento e punição, atitudes que possuem o objetivo de formar indivíduos alienados, caracterizado como objeto capazes de serem moldados e influenciados, para que não fujam das leis impostas pelo Estado, bem como das estruturas de poder que se institui cotidianamente na realidade social, ou o que Foucault denomina de micropoder. Para o autor, por meio das escolas

[...] nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, p.119).

Embora as análises de Foucault nos remetam a uma reflexão sobre a educação na França, não podemos negar que há uma similaridade com o sistema educacional brasileiro: o controle com base no poder e no disciplinamento. Atualmente, no Brasil, há um modelo estabelecido na educação que, se analisarmos atentamente, observaremos fragmentos que vêm perpassando historicamente ao longo do tempo.

Durante um longo período, percebemos uma educação que tem na figura do professor a sua centralidade e que vê a aprendizagem como decorrência da memorização e do controle externo. Nesse contexto se sobressai a visão de que o aluno deveria ser moldado, controlado. Para isso, Libâneo (1990) sugere uma reflexão sobre as chamadas “tendências pedagógicas” dividindo-as em duas linhas principais: as tendências liberais e as progressistas. As tendências liberais direcionam a formação do aluno para atuar em papéis sociais, ocasionando em uma necessidade de adaptação aos valores e regras estabelecidos por uma sociedade em que prevalece a divisão de classes. Já as tendências

progressistas baseiam-se na formação crítica acerca da realidade social, enfatizando a função do sujeito como o construtor da própria realidade. O aluno aqui é orientado para uma discussão voltada aos fatos histórico-sociais que viabilizam um pensamento autônomo e crítico para enfrentar a opressão e os controles advindos de um sistema capitalista e controlador.

Entretanto, em termos do espaço em que os alunos ocupam na escola e do controle das suas ações, será que as mudanças que deveriam advir ancoradas nessa segunda concepção são efetivas? Diante de fatos recentes que temos visto na mídia brasileira, talvez possamos inferir que essa questão está longe de ser consensual. Um exemplo disso, é crescimento, no Brasil, do debate em torno da militarização das escolas brasileiras, enquanto um projeto governamental, que defende a disciplina e o controle dos estudantes como a chave para a melhoria no aprendizado e no ambiente escolar.

Ainda com relação ao tema, podemos considerar a situação recente do Brasil que tem implementado a criação de militarização de algumas escolas públicas, tendo como principal objetivo conter a indisciplina e a violência na escola e, indiretamente, melhorar a aprendizagem dos alunos. Todavia, o que precisamos nos perguntar é sobre o custo que esse mecanismo de disciplinamento nos causará, não um custo monetário, mas sim da liberdade que tira em sua maior parte a autonomia do estudante. O fato é que a implementação desse modelo militarizado nas escolas traz uma série de regras e tratam os estudantes como sujeitos a serem controlados em seu pensar e fazer em seu cotidiano na escola.

Um exemplo desse controle sobre os jovens, podemos vislumbrar no que aconteceu em um colégio na cidade de Goiás, a 130 km da Capital Goiânia, em que se abriu um inquérito para apurar uma revista íntima feita em cerca de 40 alunos e alunas com faixa etária de quatorze anos. Esses alunos tiveram que ficar nus para que oficiais da polícia militar (PM) pudessem inspecioná-los². Ações como essas só aumentam a necessidade de uma reflexão mais crítica

² A matéria foi publicada no site Brasil247 e após o ocorrido o Ministério Público foi procurado pelos pais dos alunos e após acionar o conselho tutelar a Polícia Militar afastou o diretor e dois PMs. BRASIL, 247. **Alunos de escola militar são forçados a ficar nus para revista.** Disponível em: < <https://www.brasil247.com/brasil/alunos-de-escola-militar-sao-forcados-a-ficar-nus-para-revista> Acesso em 16/abril/2021

acerca desse controle e disciplinamento existente na sociedade, uma vez que a ideia de disciplina aparece, muitas vezes, na mentalidade dos professores, das escolas e da família como uma maneira eficaz de se obter bons resultados escolares. Filmes como: “A sociedade dos poetas mortos” (1989) e “Como estrelas na Terra” (2007) criticam essa visão de que quanto mais disciplina e mais rigor no controle dos estudantes e das suas ações, melhor será os resultados e o desempenho desses estudantes. No primeiro filme com um professor que mobiliza os alunos para pensar e reagir a disciplina imposta, e no outro, um professor que é criticado por um trabalho em que ele tenta romper essa relação entre disciplina e aprendizagem.

Nas práticas de estágio, bem como nos discursos de professores e estagiários, essa problemática também se expressa de forma recorrente. Nesse caso, podemos observar, cotidianamente, uma relação entre o menino danado e o menino que não se encaixa, sendo esses comportamentos fortemente ligados com a sua aprendizagem. Como esses estudantes vivem esses julgamentos? Como a escola se estrutura em torno disso? E qual a visão da escola acerca da relação de disciplina com o desempenho dos estudantes? São questões que pretendemos discutir neste estudo.

Ao referirmos, anteriormente, à questão da militarização de algumas escolas brasileiras, queremos destacar que esse não será o tema central de nosso estudo, mas que foi nosso interesse problematizar sobre o sentido da organização da escola frente a essa ideia, já que a militarização não é pensada para ser implementada para os professores, mas sim para a gestão da escola e para a efetivação de seus processos de controle. E o que significa militarizar a gestão da escola? Significa militarizar o centro do controle, de onde partem as ordens, os valores e os deveres que são estabelecidos para reger a instituição.

A ideia da disciplina militar foi muito bem abordada por Foucault (2014) em seu livro *Vigiar e Punir*, quando o autor mostra como as escolas incorporam a rotina militar em seu espaço. Isso foi aos poucos se traduzindo em regras que os alunos precisam seguir, tais como: hora para beber água, hora para entrar e sair da sala. Dessa forma, a organização dos processos coletivos que se dão na escola foi instituída sem a participação dos sujeitos que compõem a comunidade escolar e poderá colaborar para que o aluno tenha sua autonomia e liberdade cada vez mais lesada, ocasionando em comportamentos individuais alienados e

padronizados, ou resistência ao que está posto. Diante disso, o foco dessa pesquisa não é estabelecer uma análise crítica acerca da influência política na educação, mas sim, compreender como essas manifestações de poder se institucionalizam no cotidiano das escolas, produzindo comportamentos que acabam por contribuir para um sistema educacional rígido e controlador.

Logo, é a seguinte a questão central que conduzirá a pesquisa que estamos propondo: Como são definidos os mecanismos de disciplinamento presentes em uma escola pública de Cruz das Almas - BA e como é percebida a relação entre eles e os processos de aprendizagem na concepção de estudantes?

Frente ao exposto, o presente estudo buscou discutir a relação que se estabelece entre os mecanismos de disciplinamento e o processo de aprendizagem baseando-se nas concepções dos estudantes.

Entendemos que são muitas as tentativas de controle que surgem e que marcam o ambiente escolar, porém, pouco se discute acerca dessa temática ao longo do processo de formação de professores, e boa parte dos licenciados acabam reproduzindo esse comportamento controlador e, muitas vezes, opressor. Em função disso é que entendemos esse debate como relevante, pois é caracterizado como um tema que precisa ser muito bem analisado já que essas constantes relações de poder são incessantemente reproduzidas nesses espaços educacionais

O interesse por essa temática nasceu durante o componente curricular de Sociologia e Antropologia da Educação, componente obrigatório para o curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, quando desenvolvemos, em fevereiro de 2018, uma pesquisa de campo com estudantes do Ensino Médio (EM) da rede pública estadual de ensino do município de Cruz das Almas - BA e de algumas escolas privadas. Durante a pesquisa, aplicamos questionários para os estudantes e por meio da coleta de dados verificamos que a maioria deles respondeu que a disciplina é importante uma vez que a falta dela faz com que os alunos tenham comportamentos desarmonizados e que isso atrapalhava o desenvolvimento das aulas.

Foi obtido um total de 109 questionários respondidos por esses alunos, sendo que 57 pertenciam à rede privada e 52 à rede pública, com idades de 16 a 20 anos. Dos 57 estudantes da rede privada, 28 eram do sexo masculino e 29

do sexo feminino. Dos 52 estudantes da rede pública, 23 eram do sexo masculino e 29 do feminino, isso totalizou 51 homens e 58 mulheres questionados. Em consideração ao que foi perguntado para os estudantes, a primeira questão indagou se durante as aulas os professores exigiam a formação de fileira das carteiras. Na segunda, perguntou-se sobre a percepção da presença de supervisão nos corredores das escolas. Na terceira pergunta questionou-se se havia supervisão em relação ao uso do uniforme escolar. A última questão foi referida a existência de advertências causadas por descumprimento de horários. As três últimas perguntas foram discursivas, sendo que na primeira o estudante deveria relatar sua percepção sobre as relações de poder entre professores e alunos existentes em sua escola. A penúltima pergunta era a respeito de como ele via a disciplina usada em sala de aula pelos professores e em como isso poderia favorecer ou dificultar o aprendizado. Finalmente, na última pergunta do questionário, os estudantes expressavam sua opinião sobre como as relações de poder em sua escola poderiam interferir ou não nas suas expectativas após a formação no ensino médio. Ao final do trabalho, concluímos que a maioria dos alunos questionados, respondeu que as relações de poder existentes na escola, de alguma forma, influenciariam em suas expectativas.

Os dados analisados produziram uma certa curiosidade em investigar mais a fundo essas relações de poder e em saber como as mesmas são desenvolvidas e estabelecidas no ambiente escolar. Foi então que comecei a direcionar a minha linha de pesquisa para essa temática. Acredito a discussão de Foucault acerca do disciplinamento, do vigiar e punir, e sobre como esses mecanismos que “asseguram” o controle dos corpos, é muito válida para o âmbito da educação, uma vez que é na escola que deveríamos desenvolver a criticidade com relação ao nosso olhar sobre o mundo e sobre nós mesmos. Dessa forma, estudar e compreender como esses mecanismos de disciplinamento vão influenciar nas expectativas dos estudantes, bem como no seu comportamento, nos garante um certo ganho para o campo da educação, já que essa temática nos remete a uma autocrítica para analisar se os nossos métodos, aplicados no processo de ensino-aprendizagem, estão contribuindo para fortalecer essa linha “opressora” ou se estamos conseguindo realizar o nosso trabalho enquanto professor de maneira crítica e reflexiva, ajudando os

nossos alunos a se desenvolver cada vez mais como mentes livres e pensantes e não como mentes aprisionadas a um sistema controlador, regido pela vigilância e punição.

Nesse contexto, surgiram indagações que buscavam averiguar como os professores, alunos e gestores percebiam e agiam sob essa visão disciplinar e controladora.

Ao propor esse estudo acreditamos que este possa contribuir para o debate sobre a importância de fomentar um ensino mais crítico e menos controlador, mais social e menos opressor.

Dadas essas considerações, essa pesquisa teve como **objetivo geral** compreender como os estudantes de uma escola pública convivem com os mecanismos de disciplinamento e como percebem a relação desses mecanismos com a aprendizagem. E como **objetivos específicos** a pesquisa buscou: (a) identificar como são definidos e organizados os mecanismos disciplinares da escola; (b) identificar as concepções de alunos da escola pública investigada sobre disciplina; (c) compreender como os alunos percebem os mecanismos de disciplinamento existentes na escola e como os mesmos são colocados em prática; (d) analisar a concepção dos alunos acerca do que eles pensam sobre a relação entre disciplina e aprendizagem.

Para apresentar o estudo, organizamos este trabalho em sete capítulos. Assim, inicialmente, na introdução foram elencadas as questões que mobilizaram o presente estudo, a justificativa e os objetivos. No segundo, terceiro e quarto capítulos tratamos da parte teórica, sendo que no capítulo dois, intitulado: “A disciplina como controle dos corpos e dos comportamentos sociais: um olhar a partir de Foucault”, focamos na discussão acerca do controle que é estabelecido através de relações de poder que dão origem a mecanismos de disciplinamento das mais variadas manifestações sociais do sujeito. Nesse aspecto, destacamos o papel do disciplinamento na construção dessa relação de poder que se constitui como uma verdadeira rede social em que, ao mesmo tempo, os atores são sujeitos ativos e/ou passivos no exercício cotidiano do poder. No capítulo três “Exame, avaliação e disciplina como condição para aprendizagem: será essa uma relação realmente necessária?”, analisamos diferentes perspectivas teóricas sobre a relação entre os referidos mecanismos de disciplinamento e aprendizagem, mostrando que essas perspectivas são

institucionalizadas através de documentos oficiais da escola e que essa institucionalização é incorporada na vida de estudantes e professores corroborando com as posições hegemônicas de determinados grupos no poder. Já no capítulo quatro “Disciplina/Indisciplina na escola: Será a escola uma prisão?”, propomos discutir de que modo os alunos percebem e reagem aos mecanismos de disciplinamento e como essa relação de poder no ambiente escolar colabora para a visão de escola como sendo um ambiente engaiolado e individualizado. No capítulo quinto é exposta a metodologia da pesquisa, sua caracterização, sujeitos da pesquisa e a forma de análise dos dados coletados. O sexto capítulo traz os resultados dos dados obtidos e a sua discussão. Finalizando, apresentamos as considerações finais sobre os achados da pesquisa.

2. A DISCIPLINA COMO CONTROLE DOS CORPOS E DOS COMPORTAMENTOS SOCIAIS: UM OLHAR A PARTIR DE FOUCAULT.

Michel Foucault (1991) diz que a disciplina nasce com o objetivo de coordenar, categorizar e distribuir os indivíduos em um determinado espaço, correlacionada com a ideologia do controle e do poder hierarquizados. Historicamente, até os dias atuais, sempre estivemos inseridos em contextos de poder articulados às relações entre o Estado e a Sociedade, norteadas por interesses políticos que vão definir o sentido dessa “dependência”.

Weber (1919) explica que a política não está relacionada apenas com o Estado, o autor enfatiza que a política e suas manifestações estão inseridas nas variadas ações cotidianas. Para o autor o poder é amorfo, sendo instalado nas relações sociais e estabelecendo uma determinada dominação sobre os comportamentos. Ainda nas reflexões de Weber, observamos que em uma sociedade é estabelecido um padrão de hierarquia, em que sempre vai existir aqueles que dominam e aqueles que são dominados. Ou seja, no Estado, as pessoas devem obedecer às autoridades e não o contrário, gerando assim uma relação social desigual.

Apesar das discussões que Weber propõe sobre poder parecer ter similaridade com as reflexões de Foucault, na medida em que ambos buscam explicar como o controle é estabelecido através do poder e como incorporamos e reagimos a essa relação, entretanto, precisamos compreender que os estudos e reflexões de Foucault não buscaram formular uma Teoria do Poder, mas sim, apontar caminhos para identificar de que forma os sujeitos atuam sobre uns sobre os outros. Para ele o poder não é exercido por um determinado grupo sobre o outro de forma a garantir o controle social geral. A concepção do autor é bem mais complexa. Ele pensa no poder como um processo difuso que se dá em todas as relações sociais e que as pessoas estão inseridas em contextos de poder e acabam sofrendo influências e, muitas vezes, reproduzem e exercem o mesmo discurso que o controla.

As ideias correntes frente a esse tema quase sempre estão direcionadas ao Estado como monopólio do poder, mas para Foucault o poder se efetiva

mediante um conjunto de relações, não podendo ser visto de maneira linear, mas sim como um sistema de rede

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p.182).

Assim sendo, o poder não está apenas regimentado na instituição do Estado, mas também nas mais variadas instituições que coordenam e executam o sistema do poder e o fazem se manifestar.

Em seu livro *Vigiar e Punir* (2014), Foucault nos mostra que na sociedade moderna, até o final do século XVIII, o poder era definido exclusivamente como punição e a maneira mais efetiva na manifestação desse poder era a utilização do corpo como espaço de punição. Esse tipo de poder expõe de maneira cruel o suplício do corpo frente à submissão e ao controle determinados pelos detentores do poder como expõe Foucault nesse trecho de sua obra “*Vigiar e Punir*”

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atezado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atezado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, 2014, p. 09).

Dessa forma, o autor caracteriza o suplício como a infalível arte de causar dor, uma dor indescritível que é amplificada de acordo com a gravidade do delito. O sujeito condenado ao suplício é exposto em praça pública para que os espectadores observem o castigo que é dado para aqueles que infringiram as regras, o corpo supliciado é o corpo forçado a se curvar à justiça. Outro ponto característico do suplício é deixar marcas no corpo do supliciado para, caso este venha a sobreviver, lembrá-lo do castigo, o que, de alguma forma, o manterá dentro das regras. Para Foucault (2014) “O suplício se inseriu tão fortemente na prática judicial, porque é revelador da verdade e agente do poder”.

Como o objetivo da disciplina é coordenar, categorizar e distribuir, ou seja, ordenar, a ordem advinda do suplício é estabelecida pelo “espetáculo” que transmite aos espectadores o medo de errar, de ser diferente, fazendo, assim, o sistema funcionar de forma “adequada” aos olhos dos que ditam as regras e os padrões a serem seguidos.

Foi só a partir do século XVIII que, segundo Foucault, a forte característica do poder como forma de punição do corpo foi deixando de existir. Hoje, na sociedade contemporânea, Foucault diz que o poder é caracterizado não pela punição física do corpo, mas da consciência, ou seja, pelo controle dos corpos.

Um ponto muito importante nessa “nova” configuração de poder é a utilização de medidas mais racionalizadas para se obter os resultados. Agora, para além do Estado, nascem as ramificações do poder nas chamadas instituições disciplinares, como por exemplo, família, escolas, exército e manicômios, locais estes que até então não eram percebidos como espaços de poder. Esses espaços agora vão trabalhar com a ideia de disciplinarização, acometendo aos indivíduos o poder de repressão.

O processo de socialização pode ser marcado por um conjunto de experiências que afetam o indivíduo de diferentes maneiras, entretanto, a similaridade que existe nas relações sociais é o contato com o outro. É esse contato que permite aos sujeitos se apropriarem de discursos e se aproximarem de pessoas com quem teria maiores afinidades. Esta aproximação por afinidade, muitas vezes, formará os diversos grupos sociais, que, mais tarde, fornecerá aos sujeitos espaços para que haja manifestações de poder. Embora o sujeito já se insira nesses espaços com uma gama de experiência, é o contato com o outro que vai propiciar a capacidade de influenciar e ser influenciado. Para essas influências são atribuídos signos que são incorporados e propagados nas mais variadas classes sociais.

Logo, se esses espaços produzem e sofrem influências, podemos dizer que a sua própria organização é disciplinadora. Essa é a principal ponte que conecta as escolas, hospitais, prisões e tantas outras instituições disciplinares. Cada ordem, discurso e normas são idealizadas para tornar o ambiente disciplinador. Um olhar mais crítico para esses espaços nos possibilita entender como é que essa disciplina afeta o corpo dos indivíduos. Na escola, por exemplo, Foucault (2014, p. 144) diz que a disciplina “fez funcionar o espaço escolar como

uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de compensar”, já nas igrejas “durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares”.

Para executar esse disciplinamento de maneira eficiente, fez-se necessário a reorganização dos espaços que os indivíduos ocupavam. Assim, o conceito de panóptico elaborado por Jeremy Bentham, foi tão bem abordado por Foucault em seus estudos sobre a sociedade disciplinar, se torna um forte aliado na padronização e controle dos comportamentos. Foucault (2014) diz que:

Pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de ‘quarentena’ social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do ‘panoptismo’. (FOUCAULT, 2014, p.209).

Para o autor, “quanto maior o número de informações em relação aos indivíduos, maior a possibilidade de controle de comportamento desses indivíduos”. Temos aqui um sistema arquitetado concomitantemente com o exercício constante da vigilância.

Com as várias manifestações de disciplinamento nessas instituições disciplinares precisamos compreender a dinâmica de como as instituições constituem verdades e as incorporam no cotidiano. Para isso, é importante atentar para a construção do discurso e da subjetividade do sujeito, esses, que mais tarde serão percebidos nas práticas das mais variadas relações sociais no cotidiano.

Antes de avançarmos na discussão sobre os mecanismos de disciplinamento, é relevante considerar algumas reflexões pertinentes acerca do que Foucault caracteriza como corpo. A ideia do corpo é discutida e difundida durante a Época Clássica até os dias de hoje. Lá, foi percebido no homem um corpo moldável, que logo foi caracterizado como objeto propício ao poder. O corpo que pensa é capaz de ser manipulado, enjaulado.

Foi através dessas possibilidades de controle que no século XVIII o corpo ganhou tamanha notoriedade. Isso porque, segundo Foucault (2014)

Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2014, pag.134).

Façamos uma reflexão entre o corpo e a máquina: as máquinas são criadas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e a elas são atribuídos os comandos. Desta forma elas são capazes de operacionalizar e tornar reais os desejos dos seus “mestres”. O corpo funciona de tal maneira, como uma grande e diversa máquina, seus neurônios trabalham a todo vapor para captar e transmitir/propagar as ideias contidas nas ordens. Entretanto, ao contrário das máquinas, o corpo pensa e é essa capacidade de atribuir sentido que o torna perigoso aos olhos dos que controlam o sistema. É a partir daí, na tentativa de controlar que é empregado ao corpo uma força de contenção que o limita.

Embora a utilização do corpo como objeto de sujeição seja algo já bastante explorado nas mais diversas relações histórico-sociais, é a forma operacional que foi sofrendo alterações. A mecânica do corpo é estabelecida e controlada para transformá-lo em máquina e a eficácia dos movimentos corporais são estabelecidos e potencializados por intermédio da força e não do pensamento.

O corpo do sujeito funciona aqui como um receptáculo de informações que darão movimento as ações. Porém, o corpo não pode ser caracterizado como algo estável, pois, segundo Foucault, os corpos estão constantemente sendo influenciados por diversas forças que vão mudando-o ao longo do tempo. Assim sendo, o corpo nunca será totalmente livre, tampouco totalmente oprimido. Ele se torna um espaço constituído de lutas que vão acontecendo continuamente e nesse espaço a dominação e a resistência coabitam. Foucault (2011) diz que “nada no homem, nem mesmo o seu corpo, é suficientemente estável para servir de base para o alto reconhecimento ou para a compreensão de outros homens”.

Houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – o corpo que manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 2014, pag. 134).

Entender que o corpo não é um objeto único e estável, mas sim um complexo envolvido em constantes relações que promovem e dinamizam as ações do sujeito, é compreender que o mesmo é feito para reagir de maneiras diversas em processos de controle e disciplina, gerando a produção da sua verdade. Essa verdade é como uma ideia estabelecida nas relações de poder

que acabam individualizando, mas também se trata de uma construção através das culturas, do contato com o outro, das diversidades, e todas essas interações vão provocando mudanças no discurso. Assim, o ato de falar e transmitir informação e ideias é sempre influenciado pelas instituições com as quais se lida ao longo da vida e que são criadas a partir das relações sociais. Elas nos dão poder, mas custam parte da nossa forma de pensar independente, isso porque um corpo nunca é apenas um corpo, ele é plural e diverso. Porém, quase sempre o corpo está preso em uma relação de poder e essa relação acaba influenciando no discurso e nas práticas sociais.

Sobre o exposto, observamos que na contemporaneidade as formas de manifestar o poder não se referem mais a punição física do corpo. Mas, que as instituições disciplinares incorporam essa evolução do poder em suas práticas, evidenciando o corpo como algo propício ao controle, a fim de estabelecer uma relação de docilidade, que classifica, separa e categoriza os indivíduos. Segundo Foucault (2014), essa maneira de controle e adestramento incorporado no cotidiano das instituições disciplinares é denominado como “Poder disciplinar”. Em seu livro vigiar e punir (2014) Foucault diz que:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las, procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (FOUCAULT, 2014, p.167)

No que se refere a sanção normalizadora, Foucault (2014) diz que esse mecanismo está inserido em todos os sistemas disciplinares e é executado como um mecanismo penal. Essa sanção engloba os julgamentos e as leis que são desenvolvidas para reprimir comportamentos ditos incorretos ao sistema. É a forma de tornar penalizável qualquer comportamento que fuja da norma.

Refletir sobre essas formas de disciplinamento presentes nas instituições, com destaque para a escola, é fundamental para compreendermos os processos de construção de verdades assumidas pelos sujeitos que ocupam esses espaços e que mediam as interações e os comportamentos sociais. Além disso, é importante reconhecer que, para além da hierarquia das organizações, temos as hierarquias que circulam nos espaços cotidianos imbrincadas na totalidade das relações sociais. Assim, podemos dizer que todos os sujeitos, em

algum momento da vida, exercem alguma forma de poder sobre o outro. Dessa forma, vemos que nas escolas, por exemplo, tanto os gestores e professores, quanto os alunos e servidores, estão inseridos nessas relações, e que aquele que recebe uma ordem é, em algum momento da vida, propagador da mesma.

Sobre os desdobramentos teóricos dessa discussão iremos tratar no capítulo seguinte que discutirá as nuances do poder disciplinar no cotidiano escolar.

3. EXAME, AVALIAÇÃO E DISCIPLINA COMO CONDIÇÃO PARA APRENDIZAGEM: SERÁ ESSA UMA RELAÇÃO REALMENTE NECESSÁRIA?

Antes de entrarmos nas discussões acerca de possíveis relações entre exame, disciplina e aprendizagem, entendendo o exame como um forte mecanismo de disciplinamento, torna-se necessário, primeiramente, nos dedicar a entender melhor o que queremos definir como aprendizagem. Se analisarmos atentamente as discussões de Vygotsky (1987) sobre a aprendizagem, podemos entender que essa se refere ao caminho que nos leva de um ponto para o outro e que o percurso que fazemos entre esses pontos, ou seja, as experiências contidas nesse percurso, chamamos de aprendizagem.

Para entendermos melhor, segundo Vygotsky (1997), quando estamos decididos a aprender algo novo nós nos deslocamos de um ponto inicial, que o autor caracteriza como “Nível de Desenvolvimento Real”, e vamos para o que estamos dispostos a aprender que é chamado pelo autor de “Nível de Desenvolvimento Potencial”. O primeiro ponto se refere ao que já se sabe. O caminho que liga os dois extremos é nomeado de “Zona de Desenvolvimento Proximal” (ZDP), assim, o que ocorre dentro da ZDP está diretamente ligado a aprendizagem. E é nessa zona que iremos desdobrar as discussões deste capítulo.

Na ZDP a figura do professor é ativa e importante para que se dê o processo de aprendizagem e este deve atuar como um mentor/orientador para ajudar os sujeitos a coordenar e sistematizar as ideias, fazendo, assim, com que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivo. Sobretudo, é importante destacar as diversas metodologias a serem utilizadas pelos professores para que ocorra o “sucesso” na aprendizagem dos seus alunos.

Para tratar sobre o processo de aprendizagem, Luckesi (2011), em suas discussões, destaca o lugar da avaliação da aprendizagem e nos direciona a reflexões necessárias para o bom entendimento dessas práticas de ensino. Uma dessas reflexões é sobre a pedagogia do exame. Assim, para acompanhar esse processo do ensino e exibir o seu resultado, o exame aparece como um ritual

periódico com suas formalidades, métodos e normas, dispondo os alunos em um mesmo espaço determinado durante um estipulado tempo, sendo possível sua vigilância. Forma-se então, um ambiente controlado, hierarquizado e disciplinado em que os “examinados” finalmente são vistos como indivíduos com suas habilidades e perspectivas, tudo isso no intuito de criar diagnósticos, perfis e conjuntos de características que serão utilizadas para compará-los.

Portanto, é recorrente o papel do exame como classificatório e quantitativo, ordenando cada unidade entre melhores e piores dentro de um padrão predeterminado. Aquele que adquire o saber como lhe foi decretado, e ainda consegue expressá-lo, principalmente através de registros escritos, é validado e aceito. Enquanto aqueles que apresentam diferenças, desvios, pode ser corrigido, punido ou excluído, assim propondo sua normalização. Portanto, o exame adquire um caráter classificatório que viabiliza uma visão excludente sob o indivíduo examinado.

Ao discutir sobre o tema da avaliação escolar, Luckesi (1998, p.169) nos diz que

A modalidade dos exames escolares, que se conhece hoje, foi sistematizada no decorrer do século XVI e metade do século XVII. Os jesuítas, em um documento denominado *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesus* (Ordenamento e institucionalização dos estudos na Sociedade de Jesus), usualmente conhecido como o *Ratio Studiorum* publicado em 1599 – formalizaram o modo de administrar a prática pedagógica em suas escolas, assim como um modo específico de examinar os estudantes no final de um ano letivo, sistema esse ainda vigente nas práticas cotidianas.

Luckesi (2005) ainda diz que a prática do exame, devido a operar com os recursos de aprovação/reprovação, obrigatoriamente conduz à política de reprovação, que tem se manifestado com o mais consistente alibi para o fracasso escolar.

Assim sendo, o sujeito é inserido em constantes avaliações que vão predeterminar se ele é adequado ou não adequado para desenvolver determinadas atividades. O anúncio permanente dessas avaliações, muitas vezes, inclusive, em tom de ameaça, se amplia para atuarem como instrumento que contribuem para alimentar um sistema controlador, manipulador e autoritário que compromete o desenvolvimento do aluno, deixando-o perdido e descrente de si.

Nesse sentido, Hoffmann esclarece:

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, por que não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a progredir sempre (HOFFMANN, 2001, p. 47).

Os estudos de Foucault procuraram compreender, no detalhe, esse processo de disciplinarização dos alunos, possibilitando analisar que a prática do exame se assemelha com a do registro, já que, segundo o autor por um vasto tempo na escola anotações escritas por alunos em momentos de exames não eram as únicas a serem criadas. Constantemente, sob vigilância, sempre eram feitos registros sobre o desenvolvimento dos alunos pelos professores ou outros sujeitos que exerciam o controle dos espaços escolares.

A função do registro é fornecer indicações de tempo e lugar, dos hábitos das crianças, de seu progresso na piedade, no catecismo, nas letras de acordo com o tempo na Escola, seu espírito e critério que ele encontrará marcado desde sua recepção. (FOUCAULT, 2014, p.185)

O exame, em suas funções de observar, analisar e sondar, funciona, portanto, como uma constante prevenção ao desencaminhamento e desorientação de quem está sendo avaliado, para que o estudante atenda aos perfis esperados. É tido como uma etapa importante para continuar o disciplinamento e o bom adestramento nessa incessante relação de poder nas escolas.

O exame, nada mais é que a demonstração da força e do poder, esses que ao mesmo tempo que condicionam os sujeitos em relações hierárquicas, os caracterizam como objetos, levando-os a sujeição. Ou seja, a pedagogia do exame, ou simplesmente o exame escolar, da forma que é imposta, pertence a uma lógica que se preocupa em avaliar apenas os resultados finais do processo na ZDP.

Evidências do exposto podem ser verificadas quando atentamos a observar o método avaliativo de concursos públicos e de vestibulares. Nessas situações o exame não tem a função de analisar o percurso de aprendizagem do candidato, mas apenas identificar o final do seu trajeto e, a partir daí, dizer se você conseguiu chegar na sua “Zona de Desenvolvimento Potencial” ou não. Ao verificar o que o candidato apresenta, o avaliador anota seus erros, seus acertos,

entabula-os do melhor ao pior, e classifica-os entre aprovados e reprovados, essa é a intrínseca função do exame. Se analisarmos atentamente, essa lógica também se estabelece nas escolas, e em tantas outras instituições disciplinares, que acabam valorizando apenas o trabalho do professor como um verificador para pontuar os erros e acertos dos alunos, sem ter a atenção voltada para o seu processo de aprendizagem.

Aqui chegamos em um ponto extremo do ato de examinar. Nesse tipo de situação nada mais importa para o professor a não ser o status de aprovado ou reprovado dos seus alunos, os mesmos que se amedrontam e até faltam a escola em “dia de prova”.

Sobre esse tema Luckesi diz que

Durante o ano letivo, as notas vão sendo observadas, médias vão sendo obtidas: o que predomina é a nota não importa como elas foram obtidas nem por quais caminhos. São operadas e manipuladas como se nada tivessem a ver com o percurso ativo do processo de aprendizagem (LUCKESI 2005, p.18)

Assim, compreendemos que há conexões entre as discussões de Foucault e as reflexões de Luckesi a partir da análise do contexto do poder, pois para que a vigilância disciplinar ocorra de maneira efetiva é necessário: dividir os indivíduos em grupos, diminuir a comunicação entre os sujeitos e desenvolver quadros comparativos para classificar e distribuir os melhores dos piores. É por isso que o exame se torna tão eficiente na padronização dos corpos. Dessa forma, as anotações prescritas através de provas, testes, e tudo o mais que é utilizado para “examinar” dentro de uma instituição disciplinar, vai atuar diretamente nessa divisão classificatória entre o melhor e o pior. Assim, quando uma tarefa é desenvolvida de maneira correta/disciplinada vai ser atribuído ao sujeito recompensas, fazendo-o entender que é muito mais vantajoso continuar agindo de maneira disciplinada.

A partir do exposto, algumas questões ainda precisam ser tratadas, como por exemplo: examinar é a mesma coisa que avaliar? Será que examinar garante os resultados na aprendizagem? Em qual contexto a disciplina vai entrar nessa discussão? Ou será que é realmente necessário fazer a relação entre exame, disciplina e aprendizagem?

Para avançar nessas e outras possíveis perguntas, precisamos aprofundar um pouco mais essa discussão. Para isso, incluiremos mais uma das

reflexões que Luckesi faz sobre uma das práticas de ensino que ganha relevância no trabalho de muitos professores, que é a avaliação da aprendizagem.

Ao abordar essa reflexão começaremos a entender que avaliar é diferente de examinar, já que a maioria das vezes a avaliação é estabelecida não apenas no final do processo de ensino, mas sim durante todo o percurso educativo.

Embora avaliar e examinar pareçam termos semelhantes, algumas particularidades precisam ser evidenciadas. A avaliação quando aplicada no sentido contínuo ao processo de aprendizado permite fazer diagnósticos acerca da troca de conhecimentos que está sendo estabelecida em sala de aula. Assim, tanto o professor quanto o aluno conseguem refletir sobre suas práticas e ver os pontos que podem ser melhorados. Isso faz com que o percurso na ZDP se torne participativo, não sendo avaliado apenas o final como é feito no ato de examinar.

Quanto à essa possibilidade, Luckesi afirma que a avaliação escolar deve ser pensada como um processo que se dá ao longo dos percursos escolares vividos pelos estudantes e não apenas ao final destes, buscando resultados provisórios para alcançar posteriormente o melhor dos resultados (LUCKESI 2005).

Desta forma fica evidente a importância de um diagnóstico contínuo, já que isso permite ao professor enxergar novas possibilidades e, também, acompanhar o percurso educativo do seu aluno.

A partir das considerações expostas, podemos afirmar que a prática de examinar se torna pouco efetiva, não favorecendo o acompanhamento dos desafios com os quais os alunos precisam lidar frente às possibilidades de construir e sistematizar conhecimentos novos. Todavia, é considerável lembrar que as duas formas de validar o êxito acadêmico dos alunos estão coexistindo na educação brasileira e, na maioria das vezes, a avaliação é entendida como exame tendo como foco os resultados e não os processos de aprendizagem desenvolvidos pelos alunos.

Cabe registrar, ainda, que consideramos que a avaliação da aprendizagem possibilita uma dimensão maior sobre o ato de educar, assim, ao mesmo tempo em que o professor avalia ele é avaliado, e esses diagnósticos vão possibilitar tomada de decisões mais coesas, que estimule o desenvolvimento de ambos os lados. Pois, entendemos que o processo

educativo enquanto um espaço de formação e de desenvolvimento crítico dos sujeitos deva atuar pelo desenvolvimento das suas múltiplas dimensões: física, emocional, social e simbólica, não se limitando apenas na dimensão intelectual do aluno. Cabe destacar que o desenvolvimento dessas dimensões está para além da sala de aula e das disciplinas escolares, uma vez que é o contato com novas interações que possibilita ao aluno experimentar linguagens e contextos diversificados.

Entendemos que o exame e a disciplina se constituem como um forte mecanismo de controle pelo qual as instituições disciplinares conseguem manifestar o seu poder. Antes de fazermos qualquer conexão entre esses mecanismos e a aprendizagem, precisamos entender o papel da disciplina dentro desse contexto. Se enxergarmos a disciplina como uma forte potência ideológica cujo objetivo é a coerção, começaremos a perceber que a mesma está atuando de maneira tão consolidada na sociedade que acabamos a reproduzindo. Isso porque a disciplina faz parte do nosso cotidiano de uma forma tão presente que parece ser impossível viver sem ela. Talvez tenhamos sido condicionados a esse status de docilidade em que o padrão correto é ser obediente, quieto, ou para falar mais diretamente, controlado.

Os “problemas” comportamentais dos sujeitos, aqueles que estão relacionados à hiperatividade ou falta de atenção, por exemplo, podem ser percebidos de maneira muito evidente dentro do ambiente escolar, e os mesmos passam a ser fortemente subjugados, pois fogem de um padrão estabelecido e predeterminado. No ambiente escolar, o termo “desvio de comportamento”, na maioria das vezes, é empregado para aqueles alunos que não se encaixam em padrões e é a partir daí que esses comportamentos, vistos como contestadores e desorganizados, são disseminados para a sociedade que pode percebê-los a partir de uma visão marginalizada e totalmente equivocada da escola. A resposta da escola para esses comportamentos é, em sua maior parte, a intimidação. Os alunos são intimidados pelas normas, pelas ordens, pelos exames, mas esses podem se mostrar insuficientes para lidar com esses “desvios”, isso porque, o olhar disciplinar da escola está mais direcionado para adequar esses sujeitos, do que entendê-los e contribuir para a sua formação e desenvolvimento.

Dessa forma, a multiplicidade e a diversidade de experiência do mundo e das interações sociais entre os alunos presentes no ambiente escolar

vai se apagando e, no seu lugar, surge um espaço recortado e moldado de maneira que atinja a contento as expectativas das instituições disciplinares. Ser plural e diversos numa instituição disciplinar quase sempre é assinar a sua própria condenação. Isso, porque na escola há um controle do corpo individualizado para que o controle do corpo social se torne eficiente e manipulável.

A partir da reflexão sobre a relação entre exame, avaliação e disciplina e suas expressões no processo de aprendizagem, mesmo que de forma sintética, apontamos indicativos para visualizar a funcionalidade operacional das instituições disciplinares, mais especificamente da escola. Vale destacar que esses mecanismos terão suas expressões no cotidiano das escolas, tanto por meio de documentos regimentais, quanto das práticas pedagógicas dos professores, das atitudes individuais e das interações coletivas dos alunos.

Vejam, em síntese, como podemos articular esses elementos considerando um determinado olhar sobre o cotidiano das escolas. Nesse sentido, o exame se configura como uma forte ferramenta de categorização e distribuição que não permite uma reflexão significativa e democrática do processo de ensino e aprendizagem. Essa condição leva os alunos a uma situação de individualidade, com foco na necessidade de atribuição de notas ao ensino, a fala, as ações.

Foucault (2014, p.181) nos diz que o exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados”. É por esse motivo que o exame se torna um mecanismo ritualizado constantemente no ambiente escolar.

No tocante a avaliação, percebemos que a mesma vai atuar no processo educacional como um instrumento que considera a aprendizagem como um processo contínuo, que não se limita a ideia de aplicar notas, separar e classificar, mostrando-se, assim, uma prática mais eficiente para garantir os direitos de aprendizagem dos alunos.

A disciplina se insere nessa relação como uma potente “arma” que limita os indivíduos e os condicionam à docilidade. Ela estabelece regras, sanções, padrões que levam a uma dependência limitadora e, nesse processo, o uso aos exames é recorrente como um instrumento de reconhecimento das

aprendizagens dos estudantes. Sobre isso, Foucault (2014, p. 150) fala que a disciplina “define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula. Ela estabelece cuidadosa engrenagem entre um e outro”. Aqui, chegamos na análise da interdependência entre disciplina, corpo e resultados. Na educação, o processo de disciplinarização, da forma como é imposta, favorece o desenvolvimento de ações autoritárias que dificultam a compreensão sobre as questões diversas que surgem no ambiente escolar, uma vez que são esses mecanismos de disciplinamento que codificam o corpo para que cada uma das partes que o constitui seja limitada e determinada.

Em face do exposto, podemos considerar que os mecanismos de disciplinamento estão inseridos no ambiente escolar e participam ativamente na construção de um corpo moldado e disciplinado que, assim, responderá positivamente ao que é definido para ser aprendido. Afinal, não são poucas as vezes que se ouve a afirmação de que um aluno disciplinado aprende mais e melhor.

Esses elementos assumem diversas expressões no processo educativo e uma dessas expressões pode ser percebida através do documento orientador da ação educativa escolar, a saber, o Projeto Político Pedagógico (PPP), instrumento que orienta a ação educativa escolar. Ou seja, ele reúne as principais ideias e decisões assumidas pela instituição de ensino, no que diz respeito às opções educativas e à organização da escola. É um documento com potencial formativo significativo e que deve ser desenvolvido de maneira participativa e democrática, assim sendo, as ideias contidas no documento expressam as opiniões dos agentes envolvidos no processo. Porém, em algumas escolas é comum observarmos a pouca ou quase nenhuma usabilidade deste documento, ou seja, um instrumento valioso para fomento da reflexão, criticidade e autonomia dos alunos, se torna ritualizado nesses espaços formativos, dando lugar para um espaço hierarquizado e individualizado. Isso porque, historicamente, vivemos inseridos em modelos educativos tradicionais e lastreado pela passividade, de modo que os pensamentos e a liberdade de expressão, quase sempre eram desconsiderados.

Um PPP ativo, desenvolvido através da participação coletiva da comunidade escolar, pode atuar nos processos educativos diminuindo os impactos produzidos pelas práticas disciplinares, oferecendo assim, um

ambiente democrático, propicio para o exercício de comportamentos livres e autônomos.

4. DISCIPLINA/INDISCIPLINA NA ESCOLA: SERÁ A ESCOLA UMA PRISÃO?

No ano de 1988, o Brasil viveu um dos seus maiores eventos sociais que legitimava o processo de redemocratização: a promulgação de uma nova Constituição Federal, que, apesar de ser um documento normativo, foi marcado pela defesa do direito de ir e vir dos cidadãos e, também, da liberdade de expressão. Todavia, é comum nos dias de hoje nos depararmos com situações que são contrárias a esses direitos constitucionais conquistados pelo povo.

Esse breve relato histórico serve para compreendermos as influências incorporadas na reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 9394/96) que vai reafirmar os escritos na Constituição Federal e defender essa perspectiva de uma formação mais autônoma. Logo, isso significa conferir espaços e aberturas para que os conhecimentos dos alunos, bem como as suas culturas, sejam valorizados, perspectivas essas que são confrontadas devido ao uso contínuo do poder disciplinar. Assim, o engessamento do ensino, o autoritarismo, as relações de poder e os currículos imutáveis, são consequências que se expressam nas escolas e que vão contribuir para uma relação de poder cada vez mais opressora.

São esses fragmentos históricos que são herdados pela escola e a torna um ambiente propício para a execução da disciplina. Vejamos como a escola incorpora nas suas práticas o poder disciplinar e como, aos poucos, ela vai se configurando como um espaço engaiolado. Isso pode ser percebido, a começar, por sua estrutura, já que o sistema de ensino se apresenta como um forte exemplo de panoptismo, pois, segundo Foucault (2014), este é classificatório, controla os corpos e é militarizado, tendo como objetivo principal, formar indivíduos capazes de se adequar a sociedade e aos interesses hierarquizados. O disciplinamento presente nas escolas é fomentado por princípios de ordem, hierarquia e a sanção normalizadora, por exemplo, que manifestam em regras de obediência, tais como: obedecer aos mais velhos e aos seus superiores e qualquer ação contrária é dita como infratora.

Aos poucos, essa situação de ordem vai adequando os sujeitos em padrões e classificações, ocasionando um status de docilidade. Para esses, vem os elogios e as recompensas e cada vez mais aparecem em destaque como o

bom aluno. Mas para aqueles que acabam não se encaixando como um corpo disciplinado, aparecem as más classificações.

Essas manifestações, segundo Foucault “[...] permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas formas e lhes impõe uma relação de docilidade” (FOUCAULT, 2014, p 135). O autor reforça, ainda, que para essas manifestações serem executadas, o espaço escolar precisa ser propício para a realização do disciplinamento. Assim, vemos nas escolas que há sempre ordens e disciplina que precisam ser cumpridas e que acabam escravizando o discurso em um padrão que é incorporado e reproduzido nas relações. Desta forma, o receptor do discurso, aqui o “oprimido”, é fortemente influenciado e incorpora essa verdade, levando-a à sua prática. Ou seja, ao receber uma ordem, uma punição, o sujeito reproduz essa ordem e é levado a punir o outro da mesma maneira. Estabelece-se assim a dinamicidade das relações de poder. O poder aqui não é entendido como uma apropriação do indivíduo, mas sim as estratégias estabelecidas por ele. Ele é mais executado que possuído, não se trata de um atributo exclusivamente das classes dominantes.

A atuação de um olhar hierárquico no sucesso do poder disciplinar, é, justamente, o disciplinamento por meio do olhar, são os olhos que condenam e que aprisionam os corpos. Para isso, as construções panópticas, bem como as ações supervisionadas, criam uma essência escolar pautada na disciplina como potencialização das forças do corpo. Um exemplo dessa vigilância hierárquica, e que está para além da relação entre gestores e alunos, são os representantes de turma em que os próprios alunos se encarregam da função de disciplinar condenar, classificar e reprimir seus próprios colegas. Esta se trata de uma forte estratégia escolar cuja função é unicamente exercer o controle disciplinar

É através desses mecanismos que as escolas executam a arte de disciplinar, de corrigir e domesticar os comportamentos, configurando-se, muitas vezes, como uma prisão. Foi nessa análise que Ferrari e Dinali (2010), em seus estudos sobre herança moderna disciplinar e controle dos corpos, nos mostra uma reflexão com base na resposta de um aluno do ensino médio que ao sair da aula disse: “ainda bem que eu estou saindo dessa gaiola”, expressão essa, que segundo os autores, remetem aos estudos de Foucault, especialmente quando o autor nos fornece elementos teóricos e históricos que permitem fazer

aproximações entre instituições como a escola moderna e a prisão (FERRARI E DINALI, 2010). Na expressão do aluno percebemos que a escola se caracteriza aqui como um espaço fechado e configurado para aprisionamento dos corpos, reforçando a ideia do corpo como algo propício ao controle.

Para Ferrari e Dinali (2010, p.3) o objetivo do citado estudo era

Problematizar a construção do sujeito, moderno e atual, como objeto e produto das relações de poder/saber. Então, para este texto, estabelecemos como objetivo pensar o sujeito como uma invenção proporcionada pelas técnicas disciplinares, que têm como um dos objetivos controlar os corpos para maior proveito. A escola, dessa forma, pode ser pensada como uma máquina de controle e organização dos corpos, implicada tanto na fabricação do sujeito disciplinar quanto da própria Modernidade.

Tais reflexões reforçam essa ideia de escola como um espaço desenvolvido estrategicamente para a execução de um bom disciplinamento.

Fazendo um paralelo entre essas duas instituições, a escola e a prisão, podemos observar e refletir acerca de vários mecanismos que se assemelham tanto na metodologia de execução, quanto no objetivo final, a saber: câmeras de vigilância, presença de grades, uso de uniforme, alimentar-se sob avisos de sirene, hora para sair no pátio, relatos de ocorrências e advertências, pessoas umas atrás das outras em filas, etc.

Sabemos que as normas e regras são vistas como necessárias para a vida em sociedade, todavia é de extrema importância se atentar aos custos que essa vigilância e normalização acomete aos sujeitos. O estabelecimento de limitações, de categorias, de classificação etc., só contribuem para um comportamento padronizado e individualizado, que aprisiona os pensamentos em gaiolas. Sobre isso, Rubem Alves diz que

Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado (ALVES, 2001, p. 127).

Além disso, é preciso destacar que as relações interpessoais (Inter = entre, pessoais = pessoas) seguem uma dinâmica que é marcada pela interação e o contato com o outro. A dinamicidade do contato com o outro é referenciada

através da troca de experiências relacionadas aos aspectos culturais e histórico-sociais dos sujeitos. Tais aspectos se manifestam no cotidiano escolar de diversas maneiras, formando complexas e diversas redes de relações sociais.

A escola, como um espaço formativo, estabelece sanções que se baseiam na percepção de moral para mostrar aos sujeitos inseridos naquele contexto o que deve ou não fazer dentro de um convívio social. A saber, no dicionário online de português, moral significa “preceitos e regras que, estabelecidos e admitidos por uma sociedade, regulam o comportamento de quem dela faz parte”. Todavia, essas regras e costumes, ao mesmo tempo que tentam levar um grupo social ao equilíbrio e a organização, condiciona os sujeitos a limitadas manifestações comportamentais.

Partindo do pressuposto que a moral é estabelecida com base em contextos históricos, culturais e sociais, podemos inferir que essas regras são desenvolvidas por grupos sociais que, estrategicamente, usam do poder para estabelecer sanções que favoreçam o controle dos corpos.

Sabemos que a escola é anunciada como uma instituição que visa promover a formação crítica e autônoma dos alunos, porém, é a maneira como elas definem, organizam e executam essas regras, e as reações que elas podem provocar, que nos leva a reflexão sobre o real objetivo dessas. É nesse contexto de ação e reação que trazemos a oposição entre os polos disciplina e indisciplina, considerando como esses são utilizados para estabelecer a categorização dos comportamentos sociais. A disciplina entendida aqui como uma manifestação comportamental restrita, limitante, controladora, e a indisciplina como um comportamento que foge desses padrões, ou seja, comportamentos desorganizados, infrator e, por que não dizer, imoral.

A ciência da moral é apresentada e incorporada pelos indivíduos desde o ceio familiar, lá eles começam a compreender e distinguir o certo do errado: não matar, não roubar, não furar fila, respeitar os mais velhos etc. Assim, de fato, a ciência da moral estabelece um código de ética para ser seguido. Durante toda a vida, os indivíduos são apresentados a novas regras que se intensificam de acordo com a sua maturidade. Ao entrar nos portões da escola, regras e condutas são colocadas, porém, agora, inseridos em um espaço recortado, vigiado, hierarquizado, disciplinado e administrado por uma potente força de coerção e de poder, que se torna também um lugar de resistência e indisciplina.

Nesse sentido, muitas vezes, o aluno não participa do processo regimental e normalizador da escola; a regra simplesmente é imposta, o que significa que a construção social, bem como as possíveis contribuições dos alunos, não são consideradas. Desta forma, quando as forças disciplinares agem, às vezes a saída passa a ser a resistência e a oposição as regras.

Em seus estudos sobre disciplina e indisciplina na escolar, Bella e Santos (2009) nos remetem a uma reflexão sobre a vida de alguns pedagogos da Rede Estadual de Ensino, no município de Ribeirão Claro, estado do Paraná, evidenciando falas que afirmam: “os alunos não querem nada com nada”, “não tem noção do que querem para o futuro”, “os familiares não estão interessados em acompanhar o desenvolvimento de seus filhos”, “os valores morais foram perdidos”. Tais falas corroboram com a discussão que trazemos, principalmente no tocante as manifestações da resistência dos alunos frente às normas disciplinares do cotidiano escolar. Essa resistência ou indisciplina, como já havíamos discutido anteriormente, pode ser revelador do poder disciplinar na escola que, devido a força coercitiva como é operacionalizado a partir da intenção de disciplinar e corrigir o indisciplinado, assume um papel de violação ao direito de livre expressão.

Bela e Santos ainda dizem que:

Há de se ter cuidado de pensar a disciplina não como antigamente, quando exigia autoritariamente o silêncio, a obediência, a resignação. Hoje, o professor pode e deve desenvolver no aluno a verdadeira disciplina, aquela que congrega: movimento, vontades e esforços para a realização de determinadas Tarefas” (BELLA e SANTOS, 2009, p.3)

Sobre o exposto, evidenciamos a escola engaiolada e como pouco efetiva na garantia do desenvolvimento crítico e autônomo dos alunos. Isso porque, esses espaços engaiolados trabalham com a ideia de um sucesso escolar pautado na ordem e obediência, sem levar em consideração o contexto e as expressões comportamentais dos alunos.

Nesse sentido, é comum nos perguntamos sobre o real papel da escola? Se para alunos e professores esse papel estaria voltado para uma dimensão do desenvolvimento e da formação de um sujeito autônomo e crítico ou da socialização disciplinadora? Seja qual for o papel atribuído à escola, a disciplina e indisciplina são manifestações que permeiam o ambiente escolar. Logo, compreendemos que esses comportamentos fazem parte de um processo de

socialização e que a esse não pode ser atribuído sentido algum sem que seja tratado a partir de uma perspectiva crítica em que a forma como a escola organiza suas práticas e suas formas de controle e disciplinamento esteja no centro da discussão.

Embora essa indisciplina seja percebida pelos professores como um dos principais motivos que dificultam a realização do seu trabalho, não podemos negar que a própria escola contribui para tal situação. Isso porque, a indisciplina na escola só vai deixar de ser um problema quando a escola a reconhecer como uma manifestação frente ao seu próprio princípio de ordem.

As reflexões metodológicas deste estudo, estarão elencadas no capítulo seguinte, quando evidenciaremos os caminhos traçados e percorridos para obtenção dos objetivos propostos.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS PARA CHEGARMOS AOS OBJETIVOS.

No que se refere aos sujeitos racionais, toda ação, antes de tudo, é induzida pela força do pensamento. Essa capacidade de pensar nos leva a lugares diversos e nos possibilita experimentar o novo, ajudando-nos a construir o conhecimento a respeito do que estamos nos propondo a descobrir.

Seguindo nessa linha de raciocínio, podemos dizer que pesquisar se torna um complemento do ato de pensar. Se eu penso, sou conduzido a um universo de possibilidades e a pesquisa nos ajuda a direcionar essas possibilidades para um determinado objetivo.

A pesquisa funciona como uma bússola que conduz nossos pensamentos, ideias e problemas numa direção lógica e detalhada. Sobre isso, Gil (2002, p. 17) apresenta um conceito de pesquisa que contribui para compreender melhor tal reflexão. Para o autor a pesquisa é como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Logo, se a pesquisa é um processo sistêmico, ou seja, um conjunto de procedimentos sistematizados e organizados de maneira que nos possibilite encontrar caminhos mais coerentes e assertivos, podemos inferir que esta carece de uma metodologia, de um planejamento dos caminhos que vão ser fundamentais para se alcançar a solução dos problemas que estão sendo propostas para investigação.

Assim sendo, está presente pesquisa, antes de tudo, foi idealizada por uma intencionalidade que se expressou por meio da definição de objetivos de estudo e se materializou por meio dos procedimentos metodológicos listados abaixo, quando se tentou chegar aos objetivos que o conduziram. Na sequência serão apresentados o tipo de pesquisa que foi utilizada para alcançar os resultados deste trabalho, os sujeitos envolvidos no processo, o campo de pesquisa e também os métodos que foram aplicados para coleta e análise dos dados

5.1. PESQUISA QUALITATIVA: TRABALHANDO COM A SUBJETIVIDADE

Compreender o mundo é um processo individual, pois as ideias, discursos, percepções e interpretações fazem parte do subjetivo, daquilo que é próprio do ser humano. Leontiev (1978) atribui sentido a subjetividade, caracterizando-a como um processo pelo qual algo se torna próprio ao indivíduo, ocorrendo de tal forma que esse pertencimento se torna único e singular. Assim, os sujeitos interpretam os fatos de sua maneira, incorporando conceitos e percepções, dando-lhes sentido.

Partindo desse pressuposto, entendemos que a abordagem qualitativa se mostra eficiente para este estudo, pois ela busca compreender questões e fenômenos em profundidade, diferenciando-se da abordagem quantitativa que visa a compreensão dos fatos através de relações estatísticas entre variáveis e que pode ser aplicada a outros objetos de estudo. Nesse estudo, estamos, portanto, propondo compreender a qualidade do fenômeno enquanto expressão da reflexão, da forma de agir e de pensar dos sujeitos sociais.

André (1995) complementa essa reflexão dizendo que a pesquisa qualitativa busca, a partir de uma visão holística dos fenômenos, considerar os componentes de uma situação em suas interações, relações e influência recíprocas. Para ela essa abordagem de pesquisa surge a partir da ideia de que os fenômenos sociais não podem ser investigados e analisados apenas de forma quantitativa, uma vez que a sua natureza é mutável e está em constante movimento.

A pesquisa qualitativa interpretativa, foi escolhida para esse estudo, possibilita fazer uma análise mais aprofundada das relações que se estabelecem entre os sujeitos, na medida em que se percebe que os símbolos, as crenças, os valores e as relações entre grupos sociais ganham uma relevância significativa nesse tipo de abordagem, isto é, garantir que os pensamentos e ideias subjetivas sejam ouvidas e consideradas.

De acordo com Andrade, Guimarães e Damiano (2012, p.21)

A pesquisa qualitativa procura estimular pesquisadores e entrevistados a pensarem mais autonomamente sobre temas, objetos e/ou conceitos. Trabalha com a dimensão subjetiva de ambos implicada no processo de investigação. Há mais espaço para a análise interpretativa ou discursiva [...]. Faz uso de dados descritivos, também, obtidos pelo

pesquisador no contato com a situação em estudo, enfatiza o processo realizado e leva em consideração a perspectiva dos participantes. Transforma em qualidade a questão a ser interpretada e não fica apenas numa descrição e/ou valorização extremada dos números (ou medida) resultantes do trabalho investigativo de mensuração.

Desse modo, o pesquisador é inserido no campo de análise como um mediador do processo de coleta de dados, sendo capaz de refletir sobre as manifestações dos sujeitos, atribuindo significados e interpretações para compreender as ideias expostas.

5.2. LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual de médio porte que fica localizada no município de Cruz das Almas, -BA. Para manter o anonimato da escola denominaremos a mesma como Colégio Estadual Andrade Foucault. (CEAF). O colégio possui uma equipe formada por 18 professores efetivos, 02 professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, 10 funcionários terceirizados distribuídos em diferentes funções e 02 funcionários efetivos na secretaria escolar

O CEAF agrega os seguintes níveis de ensino: Ensino fundamental II (9º ano), Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) e a Educação de jovens e adultos (EJA), sendo no turno matutino e vespertinos 01(uma) turma do 9º ano e as demais turmas do ensino médio e no noturno os alunos da modalidade EJA. Destas turmas, duas de 9º ano (uma no matutino e outra no vespertino), cinco turmas de 1º ano (três delas funcionando no matutino e duas no vespertino), quatro turmas de 2º ano (duas funcionando no matutino e duas no vespertino) e duas turmas de 3º ano (uma em cada turno), num total de 13 turmas no diurno.

No tocante a estrutura escolar, foi elaborado, com base na versão mais atualizada do PPP do colégio, um mapa informativo que permite melhor compreensão da distribuição de cargos e da quantidade de indivíduos que estão inseridos no contexto do campo pesquisado.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

O colégio possui muros em todo o seu entorno e abrange um total de 09 salas usadas para as atividades do cotidiano escolar, uma dessas salas funciona como biblioteca, laboratório de informática e reprografia e outra como sala dos professores e depósito. Segundo o documento, a escola também possui “uma cozinha pequena e mal localizada, com um minúsculo depósito de merenda acoplado, além de dois sanitários, sendo um masculino e outro feminino”. O setor administrativo em que se localiza a direção, secretaria e coordenação, está posicionado na lateral do corredor, o que podemos interpretar como uma estratégia que facilita uma melhor visualização do espaço escolar.

As informações referentes à estrutura e à composição do CEAF ganham relevância nesse estudo, na medida em que nos garante uma reflexão mais concisa acerca das discussões que Foucault faz sobre os espaços panópticos, e que, apesar de não haver nenhuma informação sobre o uso de câmeras de segurança no colégio, podemos inferir que tal reflexão nos revela um espaço idealizado para promover a vigilância para além dos sistemas de filmagens, podendo ser percebida através do olhar hierárquico, mecanismo eficiente para manter o controle sobre a forma como os alunos circulam e são observados no espaço da escola.

5.3. VOLUNTÁRIOS/AS DA PESQUISA

Caro leitor, nesse primeiro momento, peço-lhes licença para expressar as minhas sinceras e necessárias considerações frente aos sujeitos desta pesquisa. Enquanto licenciando, sempre me questionei sobre o que faz um professor ser um bom professor. Por vezes, tentei resolver esse questionamento e cheguei a cogitar que a resposta para a minha pergunta estaria atribuída ao professor que nunca erra uma pergunta, que sempre tem uma resposta pronta para seus alunos ou até mesmo aquele professor confiante, que não tem medo do erro ou de situações inesperadas.

Quando comecei a experimentar a sala de aula durante o estágio supervisionado IV, fui entendendo que boa parte do meu pensamento estava equivocado, isso porque, aprendi que o bom professor não é aquele que sabe de tudo, mas, aquele que estabelece uma conexão com seus alunos, que sabe estabelecer uma relação de amizade, de reciprocidade e de companheirismo, afinal, algumas vezes passamos mais tempo com nossos alunos, do que com nossos próprios familiares. Foi navegando nessa relação, que estabeleci um contato mais próximo com meus alunos convidando-os assim, para participarem da minha pesquisa.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) contou, como voluntários, com a participação de 08 (oito) alunos regularmente matriculados no 3º ano do Ensino Médio (EM), em uma escola pública localizada no Município de Cruz das Almas Bahia. Do total de alunos, 04 (quatro) eram do sexo masculino e 04 (quatro) do sexo feminino. Os alunos, carinhosamente e respeitosamente chamados por mim de amigos, participaram do grupo focal e me ajudaram a consolidar este estudo.

As observações frente às estratégias de coleta de dados, serão descritas na sessão seguinte.

5.4. ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS

Para contemplar os objetivos deste estudo, a coleta de dados para a pesquisa foi estabelecida de duas formas. Inicialmente foi realizada uma análise documental do (PPP) e do Regimento Interno da Escola, em que buscamos

elementos para compreender o delineamento das normas disciplinares da escola e as suas formas de legitimação institucional.

A análise documental pode ser caracterizada pelo estudo “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 45). Os documentos, em sua grande maioria, são instrumentos que abrigam orientações e registros, servindo de consulta para nortear inúmeras ações. Na escola, nota-se que os documentos, no tocante as normas e sanções, são utilizados para garantir direitos, estabelecer regras e deveres, registrar acontecimentos, entre outras inúmeras funcionalidades.

A escolha da análise documental como uma das estratégias de coleta de dados para essa pesquisa foi estabelecida em consequência da confiabilidade advinda dos registros escritos e assinados, garantindo, assim, credibilidade aos dados coletados e que “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” Lüdke e André (1986, p. 38).

No tocante ao segundo momento da coleta de dados, foi realizado um grupo focal. Para isso, utilizamos um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), para nos ajudar a conduzir as discussões de maneira coesa e sem perder o foco dos objetivos.

O grupo focal, a segunda estratégia de coleta de dados estabelecida nessa pesquisa, se caracteriza como uma valiosa metodologia, uma vez que se constitui em uma técnica importante que muito contribui para a compreensão acerca das concepções dos sujeitos a partir de suas interações em grupo. Neste sentido, Gill et al., (2008, p. 293) entende grupo focal como “uma discussão em grupo sobre um tópico específico organizado para fins de pesquisa”.

A oportunidade de realizar uma análise a partir de uma perspectiva das interações coletivas, contribui para que o grupo focal possa se tornar, também, um espaço de desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo. Para Bauer e Gaskell (2002, p. 75), o grupo focal objetiva “estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas dizem no grupo”. Portanto, julgamos que a análise documental e o grupo focal se mostraram estratégias pertinentes para tornar esta pesquisa um estudo mais rico em detalhes.

Por fim, é importante esclarecer que, tendo em vista a pandemia causada pelo Sars-CoV-2, a coleta de dados foi exclusivamente online, sem haver

nenhum contato físico entre os envolvidos. Assim, antes de iniciar a sessão do grupo focal pelo serviço de comunicação por vídeo, desenvolvido pelo Google – Google Meet, os participantes foram questionados sobre a possibilidade de gravação da sessão. Após as manifestações favoráveis a gravação, foi socializado para devido preenchimento via Google Forms, o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) (APÊNDICE B). Após os esclarecimentos, a sessão foi iniciada.

5.5. SOBRE OS CAMINHOS DA ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor compreensão e precisão dos dados coletados nesse estudo, fizemos, inicialmente, a leitura do PPP e do Regimento Interno da Escola. A referida análise objetivava identificar nos documentos: (1) a existência de informações sobre a forma como o documento foi produzido e organizado; (2) as concepções de disciplina e indisciplina; (3) evidências sobre a relação entre esses elementos e o processo de aprendizagem dos alunos; (4) elementos que indicassem a forma como dá o processo de aplicação dos mecanismos de disciplinamento no espaço escolar.

Com relação ao grupo focal, foi utilizado um roteiro, construído a partir dos objetivos da pesquisa, que foi dividido em três blocos de perguntas/reflexões. O primeiro bloco, contemplava as discussões acerca do que os alunos entendiam por disciplina. Para propor tal discussão, foi feita a seguinte provocação: O que é disciplina e o que pensam sobre a disciplina na escola? No segundo bloco, foi perguntado o que os alunos entendiam sobre as seguintes provocações: Como o que está previsto no regimento da escola sobre a disciplina é vivenciada na escola? E Como se posicionam diante da frase: “Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas” Rubem Alves (2001). Já no terceiro bloco, os alunos foram provocados sobre o seu posicionamento frente a seguinte questão: O aluno disciplinado é aquele que aprende mais? As reflexões produzidas pelo grupo foram transcritas, de maneira não seletiva. Em seguida, analisada a partir da categorização das falas dos sujeitos em função dos temas que foram tratados. E no que diz respeito a leitura dos documentos institucionais da escola, anotamos as concepções e evidências que julgamos pertinentes para realizarmos reflexões seguras e conexas com os objetivos propostos. Assim,

sendo, os dados coletados a partir dessas metodologias supracitadas, foram discutidos no capítulo seguinte deste estudo, que nos apresentará os resultados desta pesquisa, divididos em 4 (quatro) sessões para melhor compreensão da análise.

6. RESULTADOS E ANÁLISES

Depois de um longo, porém prazeroso caminho de leituras e embasamentos teóricos, no presente capítulo apresentamos os resultados e as análises feitas a partir dos dados coletados durante a pesquisa, tomando como referência os objetivos propostos e a discussão teórica feita ao longo dos capítulos anteriores. Desta forma, os dados foram organizados em quatro sessões de discussão que discorrem sobre a institucionalidade dos documentos da escola; o entendimento dos alunos sobre disciplina e o que pensam sobre disciplina na escola; como a disciplina é vivenciada na escola e como eles se posicionam diante da frase: “Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas” de Rubem Alves; e, por fim refletimos sobre as respostas dos alunos frente a questão: O aluno disciplinado é aquele que aprende mais?

6.1. A INSTITUCIONALIDADE ESCOLAR: OS DOCUMENTOS “FALAM”!

A análise do Regimento Interno e do PPP da escola buscou identificar como são definidos e organizados os mecanismos disciplinares da escola a partir de um olhar crítico e na tentativa de alcançar os objetivos propostos no estudo.

A partir da solicitação formal à escola, recebemos os documentos via e-mail e pudemos, assim, iniciar o tratamento dos materiais. Para uma melhor organização do processo de análise, decidimos separar essa discussão em dois momentos, inicialmente iremos tratar da análise do Regimento Interno e, no segundo momento, faremos as discussões sobre o Projeto Político Pedagógico. Finalizando esta sessão com uma reflexão em que buscamos fazer aproximações entre os elementos que compõem os dois documentos.

O regimento interno da escola foi um documento desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), que o instituiu para as unidades escolares que integram o Sistema Público Estadual de Ensino, podendo ser adotado pelas escolas municipais que não possuem um sistema próprio.

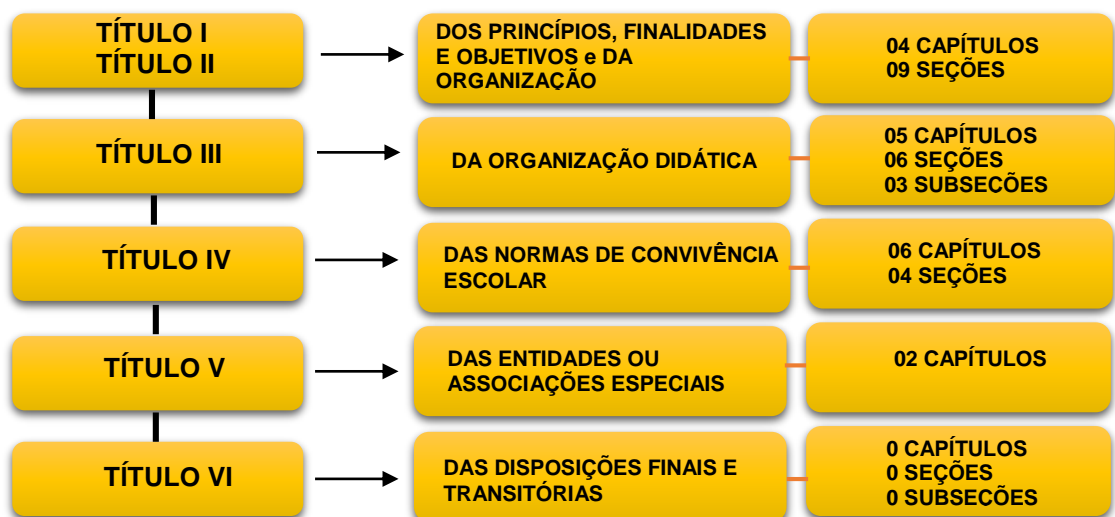
Embora este documento tenha sido elaborado pela SEC-BA, as unidades escolares puderam contribuir para o seu aperfeiçoamento, desde que as

contribuições estivessem dentro do prazo de cento e vinte dias da sua publicação. No entanto, com relação a esse aspecto não obtivemos informações sobre a colaboração da escola pesquisada na elaboração do documento.

A publicação do regimento ocorreu sob a portaria de Nº 5.872 de 15 de julho de 2011. A referida portaria foi publicada pela SEC-BA que aprova o regimento escolar das unidades integrantes do sistema público estadual de ensino. O processo de desenvolvimento do documento foi baseado no disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e nas Resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 127/1997 e nº 163/200.

Neste sentido, observamos que o regimento publicado pela SEC-BA é o mesmo documento utilizado pela escola que, em suas práticas cotidianas, incorpora as sanções estabelecidas pelo governo do estado. O documento, para além dessas informações preliminares, sinaliza a obrigatoriedade da escola em divulgar e socializar o material com a comunidade escolar, dispondo em um local de fácil acesso.

No tocante a estrutura do documento decidimos elaborar um mapa que possibilite uma melhor compreensão de como os títulos, capítulos e seções do mesmo estão organizadas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Neste estudo, centramos a atenção principalmente nos Títulos II, IV e V, por terem uma relação mais próxima com os objetivos do estudo. Procuramos,

assim, discutir e analisar as concepções de disciplina e indisciplina que aparecem ao longo do documento; aspectos que o documento traz sobre uma possível relação entre a disciplina escolar e o processo de aprendizagem dos alunos e como se dá o processo de aplicação das normas definidas no regimento escolar.

Dando continuidade na análise documental do regimento interno, pudemos observar que o mesmo faz a sua primeira menção ao termo disciplina quando se refere à função do colegiado escolar, dizendo,

Deliberar, sempre que solicitado pela direção da unidade escolar, sobre o cumprimento das ações disciplinares a que estiverem sujeitos os alunos, de acordo com o disposto neste Regimento, nas normas de convivência expedidas pela direção e pela Secretaria da Educação (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, p. 8)

A primeira concepção de disciplina apresentada no documento, faz referência, portanto, a atuação do colegiado escolar frente as decisões de cunho disciplinar aos alunos. Assim, compreendemos que através da menção de disciplina feita pelo documento, a escola assume um caráter analítico para discutir a deliberar sobre o descumprimento de regras infringidas pelos alunos.

Outra ideia de disciplina que aparece no documento e comunga com a concepção mencionada acima, é no tocante a função do conselho de classe. Segundo o documento, este órgão colegiado, assume a função de discutir e deliberar, sempre que for solicitado, sobre assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, e tem como finalidade o acompanhamento do rendimento escolar na garantia do direito à aprendizagem dos alunos. Nesta parte, o documento traz o termo “disciplinar” para indicar a atuação do conselho de classe em ações comportamentais que revele condutas disciplinadas. Um fato curioso, e que se relaciona com um dos objetivos propostos para esta seção de análise documental, é que pela primeira vez o documento estudado faz menção a condutas disciplinares no mesmo parágrafo e estabelecendo relação com o rendimento escolar e aprendizagem dos alunos.

Entende-se que a possibilidade de relacionar disciplina e aprendizagem se dá devido a sua atuação de caráter normalizador que pode estar atuando nos ambientes escolares como uma ferramenta de controle e coerção. Essa concepção de disciplina que discutimos com base no que foi apresentado no documento, permite refletir sobre as constantes relações entre disciplina e

aprendizagem, uma vez que é recorrente o uso de medidas disciplinares para assegurar o bom desempenho do aluno. Isso porque a atuação disciplinar se configura como uma ação instituída para estabelecer objetivos e metas aos processos cognitivos dos sujeitos.

Antes de fazer qualquer outra menção ao termo disciplina, o documento traz algumas funções do conselho de classe. Todavia, destacamos as mais pertinentes para esta discussão. Segundo o regimento, compete ao conselho escolar:

- a) opinar sobre os processos relativos a questões disciplinares previstas neste regimento;
- b) identificar os estudantes de aproveitamento insuficiente e discutir sobre as prováveis causas desta situação e suas respectivas soluções;
- c) analisar o comportamento da classe, confrontando o seu relacionamento com os diferentes processos, propondo procedimentos ou medidas pedagógicas para superação das dificuldades identificadas.

As reflexões que podemos fazer sobre as discussões propostas até aqui no tocante as concepções de disciplina apresentadas no regimento interno da escola é que a comunidade escolar se articula para que os órgãos das instâncias escolares, juntamente com as suas sanções normalizadoras, atuem no sentido de tornar o ambiente mais disciplinado e, conseqüentemente, mais harmonioso. Porém, devemos nos questionar se essa harmonia alcançada pelas práticas disciplinares assume, ou não, uma característica autoritária de maneira a retirar a autonomia dos estudantes, comprometendo o seu protagonismo com relação aos processos escolares vividos por eles. Sobre essa questão, Aquino (1996, p. 43) reflete sobre um fenômeno escolar em que “o silêncio nas aulas é absoluto e, fora delas, contido. Os movimentos corporais por sua vez, são completamente esquadrihados: sentados em sala, e em fila fora dela”. Se caminhar nesse sentido, as ações disciplinares da escola poderão tornar o aluno enquadrado, quieto e passivo.

Outra referência apresentada pelo documento sobre disciplina que deve nortear a atuação do conselho de classe destaca, mais uma vez, a ideia da ação supervisionada deste órgão para garantir um bom comportamento. Como podemos observar no fragmento abaixo

O Conselho de Classe levará em conta os seguintes aspectos relacionados à conduta do estudante: I - assiduidade; II - conduta geral dentro e fora da sala de aula; III - notas obtidas nos componentes curriculares em que for aprovado; IV - circunstâncias diversas que tenham interferido na aprendizagem; V - participação e desempenho

em atividades socioculturais, técnicas, científicas, esportivas e recreativas (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, p. 10)

Esse trecho revela que o aluno está sendo observado o tempo todo e para essas observações se atribuem classificações que vão, aos poucos, tornando o ambiente escolar individualizado e categorizado, concedendo a disciplina e a indisciplina o marcador para situar tais comportamentos.

Sabemos que a atuação do poder disciplinar e da supervisão em sala de aula ou no cotidiano escolar, se dá, muitas vezes, através do olhar hierárquico e da observação, elementos esses que possibilitam a manifestação do poder, é por isso, que os órgãos escolares assumem essa forte característica de observância. É necessário colher as informações de como os sujeitos se relacionam para se obter subsídios de como adestrar mais e melhor

Com base nas discussões de Foucault (2014) entendemos que o poder disciplinar atua no sentido de inserir os indivíduos numa relação de controle. Dessa forma, as regras de condutas contidas no regimento interno da escola, se configuram como uma manifestação do poder disciplinar que se instala nas práticas de ensino.

Álvaro Marchesi, em seu livro: *O que será de nós, os maus alunos?*, aborda uma discussão acerca dos problemas escolares de alunos e as dificuldades de seus professores para educá-los e revela a importância de medidas disciplinares como fundamento para tornar o ambiente escolar harmonioso e propício para aprendizagem. Em um trecho do seu livro, Marchesi, nos diz que

Todos concordam que é fundamental um clima de harmonia dentro da escola e que sem organização nada funciona bem... os comportamentos anti-sociais ou violentos de determinados alunos tornam muito difícil manter um clima de convivência na escola e nas aulas que facilite a aprendizagem dos alunos." (MARCHESI, 2006, p.79).

A visão de Marchesi, frente aos problemas de aprendizagem dos alunos, é incorporada no discurso de diversos profissionais da educação. Isso porque, na visão desses, é a disciplina que assegura a normalidade do ambiente escolar, promovendo a harmonia dos comportamentos. Talvez por isso, baseando-se nesta visão, é que o regimento interno da escola traga consigo menções de disciplina interligadas ao sentido de condutas e aprendizagem dos alunos. Cabe destacar que, neste estudo, criticamos a adoção de medidas disciplinares em

contextos educacionais para se obter um bom rendimento escolar, pois acreditamos que o processo cognitivo do sujeito precisa ser livre, favorecendo o desenvolvimento de um pensar crítico e autônomo.

Até aqui, discutimos a forma que as ideias de disciplina e indisciplina são apresentadas no documento e também como o documento traz a relação desses aspectos com a aprendizagem dos alunos. Agora, finalizando a leitura e análise do regimento interno da escola, chegamos ao ponto de discutir como se dá o processo de aplicação das normas definidas no mesmo. Para isso, voltamos a atenção para o título quatro do documento que dispõe sobre as normas de convivência escolar e punições devido a atos infratores por parte dos alunos. Observamos as medidas educativas e procedimentos para apuração de atos de indisciplina e de atos infracionais.

Medidas educativas são as ações disciplinares aplicáveis aos estudantes pelo não cumprimento do previsto no inciso III do art. 60, nos art. 66 e 67 das normas de convivência escolar da unidade escolar previstas neste Regimento, no estabelecido nas legislações em vigor pertinentes, bem como nas portarias do diretor, visando a prevenir, retratar e evitar a repetição de infrações disciplinares. (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, p.30)

A saber, são medidas educativas, segundo o regimento interno da escola

I - orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, equipe pedagógica e direção; II - registro dos fatos ocorridos envolvendo o estudante e advertência escrita, assinada pelo estudante e encaminhada ao conhecimento dos pais ou responsáveis; III - encaminhamento do estudante para prática de projetos de ações educativas realizados pela unidade escolar; IV - retratação verbal ou escrita, asseguradas a proteção às dignidades das pessoas envolvidas; V - suspensão de frequência às atividades da classe, por período determinado, assegurando o direito de permanência na unidade escolar ou em outro local determinado para cumprimento das atividades curriculares e realização de atividades orientadas pelo professor; e VI - mudança de turma ou de turno, caso verificada a incompatibilidade de convivência na classe ou quando esta significar constrangimento ao estudante ou qualquer outra ação que possa prejudicar o seu aprendizado. (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, p.30)

As medidas educativas para atos indisciplinados são colocadas no regimento como consequências de infrações disciplinares. Assim, o documento assegura essas medidas para prevenir, retratar e evitar futuras infrações. Neste sentido, o que está exposto no documento pode ser traduzido como um potente mecanismo do poder disciplinar, que “assegura” os bons comportamentos.

Registrar os fatos, advertir, retratar, suspender frequência e até mudar de turma, são exemplos expressos no regimento que a escola utiliza no seu dia-a-

dia. A advertência serve para punir o aluno e, ao mesmo tempo, avisá-lo de que se houver novamente uma ação indisciplinar a punição será mais severa. As outras medidas apresentadas no documento também atuam no sentido coercitivo, sobretudo no tocante a mudança de turma ou turno. Sendo o sentido da disciplina separar, coordenar e categorizar, essas medidas assumem um papel importante para a manifestação do poder. Outro ponto relevante para a discussão, é sobre a organização da escola para aplicar essas medidas. Segundo o documento, essas deverão ser aplicadas pelo diretor da unidade escolar em que o estudante está matriculado, considerando a gravidade da conduta. A unidade escolar deverá abrir um livro próprio para o registro de todas as ocorrências referentes a atos de indisciplina ou atos infracionais.

O processo de supervisão dos atos de indisciplina ou infracionais, segundo o documento, se dará por parte dos professores ou qualquer membro da comunidade escolar que tiver ciência de descumprimento das normas de convivência escolar previstas neste regimento. Desta forma, o regimento explica como proceder após a denúncia de ato indisciplinar ou infracional.

A ideia de atribuir a função de supervisão à membros da comunidade escolar significa dar autonomia para que qualquer pessoa assuma uma conduta disciplinadora. Tal visão corrobora com as discussões que Foucault (1979) faz em seu livro “Microfísica do Poder”. O poder pode ser manifestado por diversas pessoas e diversos grupos de pessoas. Cada um, em algum momento da vida, assume uma posição de dominância na sociedade, ocasionando assim, a dinamicidade das relações de poder.

O regimento ainda mostra que as “queixas” feitas por esses “supervisores” são levadas para a direção da escola que então encaminhará comunicação escrita ao conselho de classe expondo a ocorrência dita como irregular para que seja aberto processo de apuração e, se for o caso, ao final, seja aplicada a medida educativa pertinente. A saber:

O Conselho de Classe indicará ao diretor a constituição, por portaria, de comissão especial para apuração e eventual aplicação de medida educativa, constituída de representantes de cada segmento de membros componentes do Conselho de Classe, a saber: I - um representante dos professores; II - um representante dos estudantes; III - um representante dos pais ou responsáveis; IV - um coordenador pedagógico; e V - um representante da direção da unidade escolar. (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, p. 32)

As análises feitas no documento possibilitaram realizar reflexões pertinentes para vislumbrar a institucionalização das regras e normas nesse contexto escolar. Analisamos o processo de produção e organização do documento, mostrando a sua característica normalizadora. Identificamos as concepções de disciplina e indisciplina presentes no regimento, refletindo sobre as nuances dessas concepções no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e, por fim, discutimos a aplicabilidade das normas expressas no regimento por parte da escola pesquisada.

Assim, a análise realizada contribuiu para entendermos como os mecanismos de disciplinamento são institucionalizados e vivenciados nas práticas de ensino e de convivência no ambiente escolar. Assim, avançaremos na análise documental, agora realizando as reflexões necessárias sobre o Projeto Político Pedagógico da escola.

O PPP da instituição foi desenvolvido no ano de dois mil e sete. Está dividido em doze capítulos, sendo elaborado em um processo de consulta democrática por toda a comunidade escolar.

A análise do PPP revelou que o mesmo não apresenta elementos que permitam uma discussão pertinente aos objetivos da pesquisa realizada, isso porquê em nenhum momento da leitura e análise identificamos quaisquer referência sobre disciplina e indisciplina, não havendo, também, indícios ou menção de ações que são ligadas a mecanismos e práticas disciplinares

6.2. O QUE É DISCIPLINA E COMO OS ALUNOS A PERCEBEM NA ESCOLA

Ao finalizar a seção do grupo focal, fizemos a transcrição das falas e expressões que puderam ser captadas ao longo da sessão e, assim, obtivemos o material que foi categorizado em três blocos de reflexões. Esta seção, corresponde as reflexões do primeiro bloco de análise do grupo focal. Portanto, discutiremos aqui as percepções dos alunos sobre disciplina e o que eles pensam a respeito da disciplina na escola. Ao longo da discussão vamos perceber que foram surgindo novos questionamentos que auxiliaram no caminho reflexivo do grupo.

Antes de avançarmos para a discussão, cabe registrar que os nomes (Ana, José, Peixoto, Alaska, Batista, Manoel, Gusmão e Frida), foram atribuídos ficticiamente aos participantes para que a identidade dos mesmos fosse preservada.

Iniciando o momento de discussão, o mediador questionou ao grupo o que eles entendiam sobre disciplina, e logo após o questionamento, surgiram contribuições de dois alunos, Manoel e Gusmão, um destacando que a disciplina seria uma regra e o outro que seria um conceito a se seguir, respectivamente. A fim de propor uma maior participação dos participantes, foi feita outra pergunta, mas agora questionando-os sobre o que seria essa regra e esse conceito especificamente. Foi então que obtivemos outras percepções sobre o termo disciplina como podemos observar no diálogo que será apresentado a seguir:

Alaska - Depende da forma que é falado

José- Quando você fala disciplina, o que me vem na mente é disciplina da escola, matérias

Gusmão – É, tem também a disciplina da educação, ser uma pessoa disciplinada

José - É, tem vários tipos de disciplina, Inclusive (Interrompido)

Alaska - Tem a disciplina social, acho que depende.

Diálogos como esses, evidenciam as contribuições subjetivas dos alunos e que nos permite compreender que eles atribuem diversos sentidos a palavra disciplina. Dito isso, o mediador validou as concepções expostas pelos alunos e em seguida, para que os pensamentos se alinhassem com as ideias deste estudo, foi esclarecido que a partir desse momento em diante, a concepção atribuída a disciplina estaria voltada para as regras e normas.

O mediador voltou a primeira fala da aluna Alaska (mostrada no diálogo), e pediu para que a explicasse. Foi aí que a aluna respondeu que dependia da forma que ela (se referindo a disciplina) fosse usada. Não satisfeito com a resposta e incentivando uma discussão mais detalhada, o mediador retornou com uma outra pergunta, questionando a Alaska sobre como a disciplina pode ser usada. Nesse momento, a aluna expressou a seguinte resposta:

Alaska - Por exemplo, eu sigo um personal que ele fala que a gente tem que ter autodisciplina para ter um corpo que a gente almeja. Então, existe esse tipo de disciplina, existe a disciplina social, na qual eu convivo em sociedade, então independente o que eu acho, entre certo ou errado, eu tenho que respeitar as pessoas que estão ao meu redor. Acho que depende do conceito que for usado. Existe disciplina como José falou, do colégio que as pessoas acham, depende do contexto.

Quando a aluna se refere a autodisciplina, entendemos que a disciplina, nesta concepção, está entrelaçada à ideia de autossatisfação, isso porquê, esse disciplinamento autoimposto, a possibilita alcançar as próprias metas. A autodisciplina é o mecanismo por meio d qual o próprio sujeito se regula. Nesse sentindo, Foucault (2014) fala que “um corpo bem disciplinado, forma o contexto de realização do mínimo gesto”. Talvez, a não imposição dessa disciplina, tornaria o caminho mais difícil para se obter a conquista. Na mesma fala, a aluna atribui uma concepção diferente para a disciplina, agora, nos deparamos com uma disciplina envolvida em relações sociais, capaz de levar o outro a respeitar as pessoas e distinguir o certo do errado.

De certa forma, nessas duas concepções apresentadas pela aluna, a disciplina se configura como uma ferramenta de controle, capaz de conduzir as ações para uma possível satisfação pessoal e também, agir como um marcador de boa conduta. O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo. (Foucault, 2014, p. 149)

Após as contribuições dos alunos sobre disciplina, questionamos sobre o que eles pensam sobre a disciplina na escola. As respostas para essa pergunta estão apresentadas no diálogo abaixo:

José - Eu acho que ela é necessária

Gusmão - É essencial disciplina na escola

Mediador - Por que ela é necessária? Por que que ela é essencial?

Alaska - Porque nos faz respeitar as outras pessoas, nos faz saber os nossos limites, nossos direitos, nossos deveres, o que a gente pode cobrar e o que a gente tem que receber.

Mediador - Mas vocês acham que algum momento essa disciplina pode ser ruim?

Alaska - Eu acho que tem pessoas que podem usar a favor delas e contra nós. Por exemplo, há situação de abuso de poder.

Gusmão - Abuso de disciplina, no caso

Alaska – Exatamente

Através das respostas acima, começamos a perceber que os alunos atribuem à disciplina uma característica fundamental de condução aos bons comportamentos. Apesar dessa característica ser entendida como necessária para promoção do convívio em harmonia, quando a aluna fala que a disciplina “faz” respeitar, “faz” saber os limites, os direitos e os deveres, entendemos que há uma conexão com as discussões que fizemos até aqui, principalmente quando colocamos a disciplina em um status de condutor de ações. O termo faz,

conjugação na terceira pessoa do verbo fazer, verbo esse que deriva do latim “*facere*”, o mesmo que cometer, realizar, foi expressado pela aluna como uma ação induzida por uma ordem disciplinar.

Quando o mediador questionou se em algum momento eles achavam que a disciplina pode ser ruim, automaticamente eles fizeram menções as pessoas que podem utilizá-la para benefício próprio e contra eles. Ora, aqui entramos numa incógnita disciplinar. Pois, se de um lado a disciplina atua para manter a harmonia, fazendo e ordenando que você respeite as pessoas e reconheça os seus limites, por outro lado, ela atua de maneira opressora, tirando a sua liberdade e o pensar autônomo, principalmente quando usada por pessoas em situação de dominação hierárquica e disciplinar.

O abuso de disciplina, relatado pelo aluno Gusmão, torna clara a ideia de uma disciplina opressora de castigos e correções. Foucault (2014, p.176) aborda esse tema dizendo,

A ordem que os castigos disciplinares devem fazer respeitar é a natureza mista: é uma ordem “artificial”, colocada de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento. Mas também é uma ordem, definida por processos naturais e observáveis.

Sobre o exposto, observamos que os alunos percebem a disciplina de maneira diversa, podendo ser usada para promover um bom convívio em sociedade, mas que também pode ser usada para oprimir e limitar. Nesse sentido, a fim de aprofundarmos na reflexão sobre disciplina como promotora de opressão e limitações, analisaremos, na seção seguinte, as ideias expostas pelos alunos sobre a atuação disciplinar da escola, como uma ferramenta regimentada e socializada no contexto escolar.

6.3. PERCEPÇÃO DOS ALUNOS FRENTE A DISCIPLINA ESCOLAR: A DISCIPLINA AS VEZES EXIGE A CERCA?

Na terceira parte do livro *Vigiar e Punir*, Foucault apresenta reflexões pertinentes sobre a disciplina e nos diz que a mesma “procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”. Esta afirmação de Foucault favorece a relação com à discussão proposta para este segundo bloco temático discutido no grupo focal. Isso porquê, o processo de disciplinarização que ocorre nas escolas, antes de tudo, precisa ser regimentado e, posteriormente, implantado

na escola de maneira que atinja os objetivos disciplinares propostos. Assim, o espaço escolar precisa ser organizado para que tais objetivos sejam alcançados.

Para propor uma discussão acerca de como os alunos vivenciam as práticas disciplinares dentro dos muros da escola, foi feito, um questionamento para saber dos alunos se eles teriam ciência de algum documento regimental que abrigasse as normas e regras de boa convivência naquele espaço. Como podemos observar no seguinte diálogo,

Mediador- A escola de vocês tem um regimento interno, eu quero saber se vocês já tiveram acesso a esse regimento?

Alaska - Eu creio que não, não lembro

Gusmão - Também não, não lembro de saber sobre.

Batista - Eu acho que não

Ao analisar essas respostas, recorreremos ao regimento interno da escola que sinaliza a obrigatoriedade da instituição em divulgar e socializar o material com a comunidade escolar, dispondo em um local de fácil acesso (Seção 6.1 deste capítulo). A não ciência da existência deste documento normalizador pelos alunos da escola possibilita um uso das regras e normas disciplinares de maneira unilateral pelos sujeitos responsáveis pela organização e funcionamento cotidiano da escola, situação essa que pode contribuir para tornar o ambiente opressor.

Com base nas discussões propostas até aqui, podemos destacar que a morfofuncionalidade: morfo = forma, funcionalidade = função, do espaço escolar, contribui para o exercício do poder disciplinar, promovendo a eficiência de atitudes coercitivas. Nesse sentido, o mediador explicou aos alunos algumas normas que puderam ser identificadas no regimento interno da escola e pediu para que eles expressassem a sua experiência frente as normas mencionadas.

Mediador - Eu queria saber como vocês vivenciam essa disciplina na escola? Vocês já presenciaram alguma ação disciplinar ou indisciplinar por parte dos professores, gestores e alunos?

Gusmão - Já, já presenciei até briga

José - Falta de respeito, interrupção, várias coisas de indisciplina

Batista - Vandalismo, não sei se essa é a palavra certa, ou é muito pesada. Mas tipo, depreciar mesmo o patrimônio

As ações indisciplinadas relatadas evidenciam que de fato há um descumprimento de regras neste ambiente escolar. Todavia, é necessário considerar que essa situação poderia ser decorrência da não participação dos

alunos na definição das regras estabelecidas o que levaria ao descompromisso com elas, podendo influenciar e potencializar os comportamentos desarmoniosos. Nesse sentido, quando o mediador questionou sobre o que poderia ser a possível causa desses maus comportamentos, os alunos disseram que

José - Eu acho que essas indisciplinas vêm até de casa, então para mudar isso na escola seria um pouco mais difícil

Alaska - Eu acho que educação vem de berço, o papel do colégio, de certa forma é educar, tomar cuidado pra não utilizar a disciplina como algo opressor, mas acho que o colégio auxilia na educação

José - Problema familiar

Alaska - Eu acho que, como José falou, eu acho que é uma teia, pode vir de diversas formas. Pode ser problema familiar, pode ser problema de autoconhecimento, pode ser realmente falta de educação, pode ser trauma

Gusmão - Bullying também influencia muito

A visão desses alunos sobre os comportamentos indisciplinados, expressa uma ideia de disciplina como atributo fundamental para garantia da educação. Educação entendida aqui como comportamentos que seguem uma conduta moral e ética que eles valorizam.

No capítulo quatro desse estudo, intitulado “disciplina/indisciplina na escola: será a escola uma prisão?”, fazemos uma discussão de como a escola se baseia na concepção de moral para estabelecer as regras e as condutas corretas a serem seguidas. Assim, no ambiente escolar, quando os comportamentos indisciplinados se expressam, os disciplinadores pouco querem saber os motivos da indisciplina.

Quando perguntados sobre as possíveis soluções que a comunidade escolar poderia tomar para evitar a incidência desses comportamentos, os alunos expressaram exatamente o que discutimos acima, a ideia de moral e ética como solução para os problemas

José - Eu acho que uma medida que seria boa contra a indisciplina na escola, seria a matéria de ética, eu acho que seria bom

Gusmão - Eu concordo com a fala de José e acrescento que além da educação que vem de casa, do exemplo que para acontecer um fato, não passar pano para aquele acontecimento, como eu já presenciei, foi até em outra escola esse caso de não punir o aluno severamente porque ele era filho da professora, ou diretora, alguma coisa assim, e esse exemplo dava exemplo para outros alunos de querer fazer a mesma coisa, achando que não ia acontecer nada.

A saber, a ética pode ser entendida como um campo da filosofia que estuda os princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano. O estudo da ética poderia, segundo a fala de José, orientar uma conduta disciplinar, tornando-se uma alternativa para conter os comportamentos desorganizados. Já o aluno Batista, após concordar com a fala do colega, expressa uma outra questão bastante pertinente para nossa análise. No caso, apesar do relato dele estar relacionado com um fato ocorrido em uma outra instituição de ensino, ele relata termos como “passar pano” e “punir severamente” para caracterizar uma ação tomada por algum ato indisciplinar. Essa ação, a que estamos referindo se enquadra nas atitudes de um agente disciplinador, que na fala do aluno é personificado pela professora.

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que abrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e de, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 2014, p. 168)

A atuação da professora no discurso do aluno simboliza o jogo do olhar mencionado por Foucault, isso porquê a vigilância hierárquica exige que para o bom disciplinamento o comando das sanções disciplinares seja dado por alguém em posição hierárquica de poder. Essa ideia é fortalecida pelo aluno Batista, quando ele concorda com a fala do Gusmão, dizendo

Batista - E na questão de briga, eu já presenciei não só briga de alunos, mas de diretora mesmo e aluno, que aconteceu no outro colégio que eu estudava e isso, também, na posição que ela tem, ela deveria dar exemplo pros alunos.

A partir das análises expressadas, pudemos inferir que a disciplina contribui não apenas para conduzir as pessoas a terem bons comportamentos, mas ela também contribui para potencializar os comportamentos descumpridores de regras. Para afirmar essa reflexão com base nos discursos dos alunos, o mediador questionou se eles achavam que a utilização dessa disciplina opressora iria contribuir ou favorecer para que esses comportamentos melhorarem.

Alaska - Eu acho que piora

Frida - Olha, eu acho que nesses casos teria que achar um meio termo, porque muitas vezes essas opressões acabam só piorando a situação de vandalismo etc.

Ana - Eu acho que piora porque pode causar revolta

Na tentativa de entender um pouco mais de como funciona o processo de disciplina dentro dos muros desta escola, propomos uma reflexão sobre a frase de Rubem Alves “há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas” e pedimos para que os participantes expressassem sua opinião sobre a supracitada.

José - eu acho que ele quis dizer que tem escola que ao invés de querer incentivar os alunos a serem criativos, acabam privando eles de se descobrirem. Muitas escolas no Brasil fazem isso.

Gusmão - Eu vou dar um exemplo de mim mesmo que estudei numa escola particular, não passei nem 5 meses, eu me senti preso, sabe? Sem oportunidades, umas regras muito sigilosas sabe? E já na Municipal que estudei, era mais livre, na verdade uma bagunça, com mais liberdade.

Alaska - Eu acho que tem escola que nos limitam, fazem a gente ficar num cercado (entre aspas), num espaço limitado, mesmo a gente sabendo que pode ir além, a escola não incentiva

Frida - Quando você falou essa frase, eu pensei logo num dia que eu estava no colégio e um amigo meu falou assim: Eu queria tanto ir embora, mas eu não posso sair sem a permissão do diretor. E eu acho que isso meio que tem a ver porque normalmente quando a gente está em sala de aula, a gente tem que pedir até para ir no banheiro, tipo, fazer uma necessidade básica, sabe?

Rubem Alves utiliza a palavra gaiola, para refletir sobre as escolas que exercem um certo domínio sobre os alunos (retratado na frase como pássaros). O autor usa dessas metáforas, para criticar a dominação existente na relação aluno-escola, uma vez que há escolas que se baseiam na ideia de formar alunos para serem guiados, controlados, obedientes, sendo assim, um corpo disciplinado, perfeito para ser inserido na sociedade. Os discursos apresentados no diálogo acima, expressam de maneira precisa, a crítica que Rubem Alves faz acerca da escola gaiola.

Quando perguntada se a solicitação de permissão para ir ao banheiro seria uma coisa ruim, a aluna Frida respondeu que

Olha, olhando por um lado eu acho que sim porque tira a nossa liberdade, tipo, não tô falando claro que não vai deixar uma criança de 5 anos sair da escola sozinha, óbvio, mas, sei lá, a gente que é mais velho. A gente não tá num dia legal para tá na escola assistindo aula, tipo... sabe? O dia tá ruim mesmo, você não quer tá naquele ambiente, você só quer ir embora, ir pra sua casa e não dá para fazer isso porque você tem que tá até o fim do dia na escola. É isso.

Bom, a fala da aluna, por si só, já nos garante um vislumbre de como o ambiente escolar pode se tornar limitante. Feito essas considerações, o

mediador ainda questionou aos alunos sobre a forma como eles reagem a essas limitações.

Mediador - Eu queria saber de vocês qual o efeito que essas escolas engaioladas tem no comportamento dos alunos? Como vocês acham que os alunos reagem a essas gaiolas?

José - Eu acho que depende de cada pessoa, porque tem gente que se revolta, tem gente que fica preso a ideia antiquada durante a vida, até na fase adulta e acaba perdendo até a criatividade para fazer certas coisas que ela queria e acaba acreditando que aquela ideia que a escola impôs nela é a certa e não a que ela tem certa para ela, como se ela mudasse o que ela pensa, acho que expliquei certo.

Agora, na tentativa de promover um contraste entre essas ideias, foi questionado sobre o papel que as escolas que são asas têm no comportamento dos alunos.

José - quando você fala dessa comparação que a gente tá fazendo entre escolas, eu lembro das escolas do exterior, que incentivam arte, tem matéria de teatro, várias outras coisas que incentivam o aluno e eles deixam até escolher a área que você quer seguir no ensino médio. Então, eu acredito que escolas que dá asas é essa, que não tem opressão.

Mediador - E vocês acham que essa escola que é asa, tem disciplina nela?

José - Eu acho que sim

Alaska - eu acho que tem escolas ou até mesmo profissionais dentro da escola que nos apoiam, acreditam na gente, acho que isso é um grande incentivo. Por exemplo, eu conheço professores que eu conheci no CEFA, outros que conheci no outro colégio, que eu vou levar para a minha vida toda, são pessoas que me apoiam dentro e fora do colégio.

A fala do José relaciona as escolas que são asas como escolas que possibilitam o direito de escolha para os alunos e mesmo havendo disciplina em seu contexto, ela não atua de maneira opressora. Para além disso, para o aluno, este tipo de escola, incentiva a arte, o teatro, ou seja, incentivam o movimento do corpo, a liberdade do corpo. Já a aluna Alaska, apresenta uma forte relação entre professor e aluno e para aprofundar neste discurso, o mediador propôs um questionamento que poderá ser observado na sequência.

Mediador - E você acha Alaska que nas escolas que são gaiolas existe essa relação forte entre professor e gestores para com o aluno?

Alaska - Eu acho que sim, existe profissionais que realmente trabalham porque amam o seu trabalho, existem pessoas que trabalham porque é o que elas acharam para trabalhar. Eu acho que quando um professor cria conexão com os alunos e aprende a apoiar ele, independentemente do local isso vai permanecer.

Mediador - E essas conexões são favorecidas pelas regras? Se eu tenho uma escola que tem essa disciplina rigorosa, vocês acham que isso vai facilitar ou prejudicar essa relação do professor e aluno?

Alaska - Eu acho que acaba prejudicando porque os alunos podem até se sentir, sei lá, acanhados em entrar em contato com um professor.

Por exemplo, tem professor que eu posso chegar e falar, e eu acho que com as escolas extremamente rigorosas os alunos podem não se sentir à vontade em conversar com os professores nada além do que é permitido, nada além dos assuntos, da aula do professor.

Gusmão - O aluno pode até ficar com medo de tirar dúvidas com o seu professor, ou até pela rigidez dele, e quando tem essa conexão mais franca com o aluno fica bem mais fácil de adquirir o conhecimento.

Ao analisar essas falas, chegamos em um momento de tentarmos entender os efeitos que as ações disciplinares têm na vida social desses alunos. A disciplina rigorosa, opressora, contribui para promover um afastamento significativo entre professor e aluno, deixando essa relação enfraquecida. Na sala de aula, é de suma importância que haja reciprocidade no processo de ensino e aprendizagem, a partilha de conhecimentos não pode ser uma característica unilateral. Pensando nisso, perguntamos aos alunos como eles se posicionam frente às ações disciplinares na sala de aula e como eles percebem a disciplina como condutora de ações.

Gusmão - Acho que também não é muito ruim, porque é uma forma de organização, porque se for pensar para o outro lado de deixar os alunos a vontade, forma uma bagunça, sair sem pedir permissão a professora, a cadeira ali não está em fila, está tudo bagunçado, desorganizado.

Frida - É, por outro lado também, de certa forma não forma pessoas críticas sabe?

Batista - eu acho que liberdade de expressão, como o exemplo das escolas que são asas

Frida - Por exemplo, eu acho que o uniforme é um exemplo de tipo, meio que reprimir, não deixar a gente se expressar.

Podemos entender que as falas dos alunos atribuem a disciplina a função de organizar e que a falta da disciplina, ocasiona em bagunça. Essa visão, comunga com a ideia de disciplina controladora, capaz de tornar punível todo o ato contrário as suas regras.

A disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. (FOUCAULT, 2014, p. 176)

A aluna Frida desperta a nossa atenção para um mecanismo de disciplinamento que, até hoje, funciona de maneira ímpar na padronização do ambiente escolar. Quando o mediador questiona sobre a não possibilidade de expressão em função do uso do uniforme escolar, é dito pela aluna e os colegas participantes do grupo focal:

Frida - Eu me vestiria do jeito que eu quisesse, sem me importar com o que as pessoas iriam falar e ser eu mesma.

Batista - Porque no colégio você tem que se vestir de calça, sapato e camisa do colégio, aí você vai sair e fala: poxa, será que isso é bom? Porque em tal lugar eu não posso está assim, será que nesse lugar eu posso me vestir do jeito que eu quero?

Gusmão - Sim, eles usam como uma forma tão rígida como se a falta do uniforme você tivesse agredindo a escola

Batista - até porque olhando por um lado, isso, uma roupa, o que a pessoa está vestindo não vai prejudicar o que ela está aprendendo.

José - eu acho também que essa questão do uniforme tem a disciplina em excesso.

Os alunos entendem que a roupa é uma das maneiras de manifestações identitárias, é através da vestimenta, que eles podem demonstrar a sua essência a sua verdade e se comunicar com o mundo exterior. A rigidez do uso do uniforme escolar, para eles é uma ação que limita essas manifestações.

A vigilância hierárquica, o panoptismo, a arte das distribuições, as normas e regras, ou seja, esses mecanismos de disciplinamento, traduz uma escola altamente disciplinada, que, com certeza, se utiliza do poder disciplinar para promover a “paz” no ambiente escolar. Entretanto, é relevante saber que de alguma forma, não tão escondida, o poder disciplinar revela uma força capaz de controlar o outro, de tornar o outro dominável. Talvez esse seja um dos motivos que fizeram Rubem Alves, Foucault e tantos outros autores, a criticar e repreender a dominação instalada no ambiente escolar.

A atuação da vigilância hierárquica na escola, não pode ser entendida como a única ação do poder disciplinar, mas que a sua importância na ação deste poder é atribuída a sua extensão capaz de produzir novos mecanismos.

Segundo Foucault

[...] graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e econômico; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto e baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. (FOUCAULT, 2014, p.173-174)

Esse mecanismo manifesta a essência do poder disciplinar porquê classifica, separa e distribui os alunos. Foi sobre isso e a partir da fala de um dos alunos, caracterizando o ambiente escolar como um sistema, que pedimos para que eles explicassem o motivo dessa categorização.

José - Pelo que eles me explicaram eu não poderia trocar de turma porque o sistema tinha me colocado em outra turma, quando eu falei o motivo que queria trocar de turma, eles disseram que eu iria bagunçar, conversar demais, porque eu queria ficar mais próximo dos meus amigos

Gusmão - Esse sistema que ele falou, é a secretaria, que eles fazem esse padrão. Cada aluno tem que ficar naquilo, dizem que é pelos dados das pessoas que eles organizam as turmas. Eu não entendi muito bem.

Frida - Eles organizam as turmas de acordo com a idade, pelas notas também

Alaska - logo quando eu entrei no colégio, no primeiro ano, eu percebi que as séries eram meia que subdivididas, por exemplo, no A, eu acho que todo mundo tinha passado direto, no B eu acho que todo mundo tinha perdido e tinha feito recuperação

Nas falas, podemos extrair a intrínseca atuação do poder disciplinar e seus mecanismos de disciplinamento. A disciplina categoriza porquê separa os melhores dos piores, distribui porquê organiza os que conversam e os que ficam quietos, sanciona porquê puni os disciplinados e os indisciplinados. Desta forma, se tornando uma feramente eficiente para contensão dos comportamentos.

6.4. PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE DISCIPLINA E APRENDIZAGEM: O DISCIPLINADO APRENDE MAIS?

Os termos disciplina e indisciplina se apresentam no espaço educativo como uma constante reivindicação por parte dos professores, isso porquê, os termos citados concede aos professores mecanismos eficientes para controlar e tornar obediente o aluno indisciplinado. É por isso que a disciplina estabelece uma relação estreita com os processos de ensino e aprendizagem, uma vez que ela “assegura” a normalidade em sala de aula, que aos poucos vai se configurando como um espaço modelo aos olhares disciplinares.

Devemos destacar que esta normalidade proporcionada pela disciplina se dá em função das queixas constantes dos professores que se sentem desmotivados e exaustos devido as situações de desordem do ambiente escolar. Nesse sentido, é recorrente usar a disciplina para proporcionar ao aluno uma suposta condição favorável de aprender. Logo, o aluno que consegue agir de acordo com as normas disciplinares impostas, ganham aos olhos dos professores e se tornam alunos aplicados, inteligentes. Já aqueles que apresentam desvios aos padrões ali colocados, são caracterizados como mal educados e sem aptidão para aprender.

Durante esta última sessão de discussão do grupo focal, nos preocupamos em entender como essa relação entre disciplina e aprendizagem se apresenta em sala de aula e como os alunos reagem frente a essa conformidade.

Mediador: O que vocês me dizem sobre a relação entre disciplina e aprendizagem?

José - Eu acho que as duas tem que caminhar juntas

José - Acho que deveria ensinar e usar a disciplina como forma de educação, mas não só a disciplina, outras coisas além da disciplina

A disciplina como forma de educação, segundo o aluno, está relacionada com a ideia da promoção de comportamentos e de saberes. Ou seja, atribuir a disciplina os bons resultados em sala de aula. Isso significa que, o professor, sempre estará à procura da normalidade em sala de aula, já que tal normalidade lhe confere segurança para atuar de maneira mais coesa, sem ter que se preocupar com as condutas, digamos, desarmonizadas.

Para Vasconcelos (1993, p.61)

Professor é um dos principais agentes de mudança da disciplina (ou um agente privilegiado); 1- Por estar em contato direto com os alunos, no locus privilegiado onde se manifesta o problema; 2- Por ser um profissional da educação; 3- Por ser -potencialmente -um dos interessados em resolver este problema (em função do elevado desgaste que sofre).

O professor segura nas mãos não só o piloto ou apagador para auxiliar a escrita de saberes, mas também, segura nas mãos a responsabilidade de tornar o ambiente em sala de aula mais democrático, participativo e acolhedor para todas e todos. Para além da boa conduta e supostos bons resultados advindos pela disciplina, a mesma pode atuar como um fator limitante da livre expressão. Os alunos participantes dessa pesquisa, relataram atitudes da disciplina que, no nosso ponto de vista, dificultam o processo de aprendizagem. Segundo eles

Peixoto - A forma padrão da escola, da sala de aula, faz a gente parecer que é um robô, sendo programado, sabe? Eu acho que deveria ter mais rodas de conversas, até mesmo para fortalecer esse vínculo de troca entre alunos e professor, sabe?

José - Eu ia falar isso, que agir como robô é colocar a gente dentro de um sistema que foi implantado pra ser como certo, meio que padronizado

Já vimos, na seção 6.3 deste capítulo, que a morfofuncionalidade do ambiente escolar colabora para a execução do poder disciplinar na medida em que essa morfofunção da sala de aula é um fator determinante para a manifestação desse poder. A aluna Peixoto, em sua fala, apresenta um termo muito importante para entendermos essa reflexão. Segundo a aluna, a forma padrão da escola e da sala de aula contribui para um comportamento programado. Neste sentido, sendo capturados pela rede do poder, o aluno assumi comportamentos robotizados, programados para o exercício da obediência e do silêncio extremo. Colaborando com o discurso da aluna, Carvalho (2006, p. 57) descreve o cotidiano da sala de aula dizendo

Os alunos sentam-se enfileirados, vestidos uniformemente, obrigados também a se comportarem uniformemente – com uma postura ereta, silenciosos e atentos aos ensinamentos –, proporcionando condições para absorverem os conhecimentos de uma outra pessoa, que se julga detentora do conhecimento – ao menos da área previamente proposta pela instituição. Tais alunos, geralmente tratados como iguais, são colocados numa condição de aprendizagem dos mesmos conteúdos, na mesma velocidade e da mesma forma. Muitas vezes não se respeitam seus conhecimentos prévios, suas diferenças em termos de capacidade, muito menos suas opiniões sobre o que se está aprendendo. O aluno tem apenas o dever de aprender em um tempo determinado, de uma forma preestabelecida e configurada de acordo com o que se cobra na sociedade. Vê-se, nesse âmbito, um processo de homogeneização, vítima de uma racionalização produzida a partir de modelos [...]

A relação entre disciplina e aprendizagem está inserida no ambiente escolar e atinge os alunos de diversas maneiras. Além das já mencionadas acima, outra manifestação dessa relação está voltada para desempenho acadêmico dos alunos. Se por um lado a disciplina fornece ao professor as condições favoráveis para o exercício da profissão, por outro lado, ela fornece aos alunos ambientes de resistência e revolta.

Sobre isso, Aquino nos diz que

Tomar a indisciplina e outros comportamentos disruptivos como fenômenos complexos ditados pelos novos tempos pedagógicos significa conceber a relação professor-aluno como necessariamente conflitiva. (AQUINO, 2003, p.16)

Por muito tempo, o rendimento dos alunos estava diretamente relacionado a condutas disciplinadas. O quieto, comportado e robotizado, era aceito e validado. Recebia títulos e recompensas por ser o “aluno exemplo” e todos

deveriam seguir aquele modelo. Mas será que a inteligência, a capacidade de aprender só é um atributo dos alunos disciplinados? Foi questionado aos participantes dessa pesquisa sobre o que eles acham sobre isso. E após todos eles discordarem dessa ideia, obtivemos as seguintes contribuições

Frida - Geralmente, essas pessoas que são disciplinadas demais, elas passam além do ponto e absorvem um monte de informação, muitas vezes inútil e o importante elas não absorvem.

Batista - Muitas vezes o aluno disciplinado tenta, tenta e não consegue e o que não é disciplinado tem uma facilidade maior.

Gusmão - depende da busca do aluno né? Do conhecimento do aluno.

Batista - Disciplina não tem a ver com aprendizado, porque pessoas muito mal disciplinadas, digamos assim, podem muitas vezes ter um aprendizado muito melhor do que uma pessoa disciplinada, então eu acho que não tem nada a ver.

Os alunos relatam, em nosso entendimento que a disciplina não conduz ao aprendizado e que ela colabora para uma acumulo de conhecimentos e informações que dificultam a assimilação por parte deles. Nesse caso, se perpetua a imagem do aluno vazio, aquele aluno que precisa ser preenchido de informações para que se torne uma pessoa intelectualmente melhor. A atuação dos professores deveria ser acolhedora e problematizadora, para que os alunos assumam o protagonismo do processo ensino e aprendizagem e isso tem relação com o respeito aos conhecimentos preexistentes de cada indivíduo.

No entanto, muitos professores não adotam esta maneira de ensinar, e, sim, uma postura muitas vezes ditatorial, passando como um rolo compressor pelas diferenças dos alunos, impondo seu ponto de vista sobre assuntos que deveriam ser discutidos em sala de aula, porém, na verdade, são “despejados” nos alunos, considerados “folhas em branco”, em detrimento de suas peculiaridades e opiniões. (CARVALHO, 2006, p.59)

O aluno Batista diz que “a disciplina em si é necessária em todo lugar e principalmente na escola, porém o excesso da disciplina, ela sendo muito rigorosa, pode prejudicar muito a gente. Em todos os quesitos”. Entendemos nesse discurso e em outros que já foram apresentados, que o problema da relação entre disciplina e aprendizagem está no o rigor normalizador que se estabelece pelo poder disciplinar. Quando questionados sobre quais os quesitos que a disciplina poderia prejudicá-los, os alunos relataram que seria no medo de errar e ser julgado, na pressão psicológica, desenvolvimento de problemas e que essas situações interferiam diretamente no intelecto deles, instalando o medo de

se expressar, de opinar e de ser diferente. Como podemos exemplificar no dialogo abaixo

Frida - Eu acho que o medo de errar e ser julgado

Batista - Pressão psicológica desenvolvimento de problemas

Gusmão - É isso, acaba prejudicando nosso intelecto. A gente tem medo de se expressar, medo de da sua opinião e de ser diferente

Ao chegamos ao final desta seção e, conseqüentemente no encerramento das reflexões sobre o grupo focal, vale destacar a grande valia destas quatro seções de análise e discussão, uma vez que foi possível refletir sobre como o poder disciplinar atua no ambiente escolar, desde a sua institucionalização, até a sua manifestação nos comportamentos, tendo a percepção dos alunos como elemento central desse processo.

7. CONSIDERAÇÕES DO TRABALHO

A finalidade de práticas disciplinares é de produzir mentes e corpos submissos, disciplinados, úteis e dóceis. Foucault (2014). Nessa perspectiva, os mecanismos de disciplinamento se constituem como ferramentas de poder capaz de controlar e limitar as operações do corpo e da mente. Consideramos que tais ações inviabilizam que o ambiente escolar exerça a sua função de desenvolver mentes críticas e autônomas, tornando-se um espaço que assume características de rigidez, opressão e controle da liberdade de expressão. Desta forma, utilizar as discussões que Foucault propõe sobre as práticas disciplinares, foi bastante pertinente para esse estudo, já que o ambiente escolar se tornará o campo de atuação profissional dos futuros e futuras professores e professoras. Repensar suas práticas se torna extremamente necessário para que o cotidiano escolar exerça a sua função crítica e social e que jamais as leis impostas neste ambiente tirem o direito à liberdade dos alunos.

No que se refere as características das práticas disciplinares Revel (2005, p.35) diz que:

[...] caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço, e do movimento dos indivíduos que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos.

No tocante a escola pública, as técnicas de coerção mencionadas por Revel, puderam ser percebidas através dos discursos dos alunos e dos documentos regimentais que regem a escola pesquisada. Dito isso, o objetivo central deste estudo foi compreender como os alunos de uma escola pública reagem aos mecanismos de disciplinamento e como percebem a relação desses mecanismos com a aprendizagem. Isto nos direciona a compreensão sobre como a disciplina está sendo executada no espaço escolar e esperamos que as reflexões realizadas aqui estimulem ações de respeito e flexibilidade.

Ao longo do processo de construção deste estudo, bem como dos resultados que foram analisados, discutidos e apresentados, afirmamos o alcance do objetivo central desta pesquisa que só foi possível através de uma força conjunta entre orientado e orientadora entrelaçados por embasamento teórico e também por meio da metodologia escolhida para essa pesquisa,

destacando a abordagem qualitativa do tipo interpretativa, que nos garantiu capacidade intelectual e procedimental para analisar e discutir os dados obtidos.

Nesse sentido, através dos discursos manifestados no grupo focal, constatamos que os alunos identificam que há utilização de mecanismos disciplinares por parte da escola e que esses podem ser percebidos de diversas formas no cotidiano escolar, como no controle de sair para o banheiro, de sentar-se em fileira, advertência por mau comportamento e até mesmo como promotor de educação e respeito. E, apesar de relatarem que ser uma pessoa disciplinada é ser uma pessoa educada, eles não percebem a disciplina como promotora da aprendizagem. Isso porquê, segundo eles, o interesse em aprender é uma atitude que parte do aluno, disciplinado ou indisciplinado.

O primeiro objetivo específico, portanto, procurou identificar como são definidos e organizados os mecanismos disciplinares da escola. Para isso, reunimos os documentos regimentais da instituição e procuramos apreender as concepções de disciplina e indisciplina e se há evidências sobre a relação entre esses elementos e o processo de aprendizagem dos alunos. Após a leitura e análise dos documentos, destacamos no regimento interno da escola a utilização dos termos disciplina para caracterizar as sanções e regras estabelecidas para aquele contexto escolar, principalmente no que diz respeito as funções dos órgãos colegiados e, destacamos também, a utilização do termo indisciplina para relacionar os comportamentos “anormais” julgados pela aquela comunidade, no tocante ao descumprimento de regras.

Ainda sobre o primeiro objetivo específico, foi identificado que o regimento interno da escola foi um documento desenvolvido por uma entidade governamental, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, sendo pensado sob as diretrizes da LDBN e que se configura como um documento normalizador. Outra evidencia que julgamos pertinente, foi a menção que o documento faz sobre o termo disciplina sendo colocado no mesmo parágrafo que os termos rendimento escolar e aprendizagem. Consideramos assim que o documento faz referência a esses termos para indicar sanções disciplinares como garantidora de bons rendimentos estudantis.

O segundo objetivo específico buscou identificar as concepções dos alunos da escola pública investigada sobre disciplina. Nesse caso, por meio do grupo focal, identificamos que nos discursos dos participantes eles entendem

que o termo disciplina pode estar relacionado às matérias das áreas do conhecimento, mas também pode estar se referindo as normas disciplinares. Para eles, a disciplina é uma regra e um conceito a se seguir, podendo ser também uma educação que faz a pessoa se tornar disciplinada. Consideramos também que os alunos entendem que a disciplina se torna benéfica no ambiente escolar pois promove a harmonia em sala de aula. Todavia, ao longo das discussões no grupo focal, identificamos que apesar de acharem a disciplina benéfica, entendem também que ela pode se tornar prejudicial quando usada de forma autoritária e opressora.

Em relação ao terceiro objetivo específico, trouxemos a compreensão de como esses alunos percebem os mecanismos de disciplinamento existentes na escola e como os mesmos são colocados em prática. Concluímos que para os alunos, os mecanismos disciplinares estão diretamente relacionados ao comportamento, melhor dizendo, a condução operacional do corpo. Segundo os alunos a disciplina escolar se torna opressora quando as regras impostas não são flexíveis. Assim, ao se depararem com a frase de Rubem Alves “há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas”, os participantes da pesquisa refletiram que as sanções disciplinares colaboravam para tornar o ambiente controlador e que não garantem ao aluno o direito de escolha. Destacamos também um fator importante sobre a vivência da disciplina naquele contexto escolar. A saber, o regimento interno da escola, nas orientações pré-textuais indicam a obrigatoriedade de socialização do documento para toda a comunidade escolar. Entretanto, na fala dos alunos, ficou evidente que nenhum deles sabiam da existência deste documento que, como já mencionado, contém as normas e orientações disciplinares naquele espaço.

O desconhecimento desse documento, desde a sua elaboração e socialização, se configura uma ação totalmente autoritária, pois retira do aluno a oportunidade de colaborar democraticamente para construção do regimento. Algo que deveria ser participativo e colaborativo, torna-se uma ferramenta de repreensão que limita a liberdade comportamental do outro. Atitudes como essas, precisam ser revistas, para que a disciplina não desenvolva relações conflituosas e agressivas nessa e em outras instituições de ensino.

Por fim, o quarto objetivo específico desse estudo foi pensado para analisar a concepção dos alunos acerca do que eles pensam sobre a relação

entre disciplina e aprendizagem. Após o questionamento proposto pelo medidor do grupo focal, perguntando se o aluno disciplinado aprende mais, os alunos manifestaram respostas negativas para essa pergunta. Porém, ao analisarmos atentamente as falas dos participantes, entendemos que, para eles, a relação que se estabelece entre disciplina e aprendizagem está relacionada a aprendizagem de boas condutas, bons comportamentos, ser educado para se tornar disciplinado. Consideramos que no tocante a aprendizagem como uma capacidade cognitiva e intelectual para compreender um conteúdo, essa relação pode prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, isso porquê, segundo os alunos, é a disciplina que configura o espaço de maneira que eles se sintam como robôs sendo programados. Para eles, não existe relação entre esses dois termos pois a aprendizagem é uma ação que parte do sujeito. Um interesse que surge de cada um.

Sobre o exposto, entendemos que conseguimos refletir e relacionar os dados obtidos com as referências teóricas tomadas para esse estudo. Consideramos que os alunos se percebem dentro de um espaço idealizado e planejado para o exercício do poder disciplinar. Inferimos, através dos resultados apresentados, que os mecanismos de disciplinamento se tornam ferramentas de opressão, controle e categorização dos corpos, atribuído a eles uma característica de docilidade, que nada potencializa o desenvolvimento crítico e autônomo, mas contribui para pensamentos limitados e dependentes.

Foucault (2014) diz que “a disciplina às vezes exige a cerca”, fazendo uma crítica ao poder disciplinar que perdura desde outrora. Paulo Freire (2005) nos diz que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.” O que podemos concluir destas duas citações é que a solução para o sucesso da educação no país não é e nunca foi a opressão, mas sim, a garantia da liberdade e das ferramentas que potencializam o voo do corpo que pensa.

8. REFERÊNCIAS

- ALVES, RUBEM, **crônica “gaiola e asas”**. Opinião Folha de S. Paulo 5 de dezembro de 2001. opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0512200109.htm> Acesso em 16 mai. 2021
- ALVES, RUBEM, **Gaiolas ou asas - A arte do voo ou a busca da alegria de aprender**. São Paulo: ASA, 2004.
- ANDRADE, M. J. N.; GUIMARÃES, B. M. M.; DAMIANO, G. A. **Metodologia de pesquisa em educação**. ed. rev. ampl. – São João del-Rei, MG: UFSJ, 2012.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- AQUINO, Julio Groppa (org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.
- AQUINO. J.G.A.(Org.), **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003
- BAUER. M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BELLIA, R.A.C.L.; SANTOS, S.A.. **Indisciplina escolar: um dos desafios à gestão democrática**. Disponível em: <www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rogeria_aparecida_camargo_lima.pdf. Acesso em: ago. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. São Paulo: Saraiva, 1996
- BRASIL, 247. **Alunos de escola militar são forçados a ficar nus para revista**. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/alunos-de-escola-militar-sao-forcados-a-ficar-nus-para-revista> Acesso em 16 abr. 2021
- CARVALHO, A. B. SILVA, W.C.L. (Org.). **Sociedade e educação: leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006.p,57-76
- FERRARI, A. DINALI, W. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma ‘gaiola’. **Educação em Revista** (UFMG. Impresso), v. 28, 2012
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILL, P.; STEWART, K.; TREASURE, E.; CHADWICK, B. Methods of data collection in qualitative research: interviews and focus groups. **British Dental Journal**, v. 204, n. 4, p. 291-295, mar., 2008.

GIOLO, J. Educação de tempo integral. In MOLL, J. (org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**. Porto Alegre: Penso, 2012.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciência del hombre, 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 16^o ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SOUZA, L.A.F.S.; SABATINE, T.T. MAGALHÃES, B.R. (Org.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MARCHESI, A. **O que será de nós, os maus alunos?** Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre, Artmed, 2006.

PICARELLI, Maria. **Militarização das escolas públicas: soldado ou cidadão?** Disponível em: < <https://www.revistaeducacao.com.br/militarizacao-das-escolas/> > Acesso em 07/04/2021

REVEL, Judith; Michel Foucault: **Conceitos Essenciais**. São Carlos. Clara Luz, 2005. 96p

VASCONCELLOS, Celso S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad, 1993.

VYGOTSKY, L. S. (1984) **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

WEBER, Max. **A Política como Vocação**. In: WEBER, Max. *Ciência e Política. Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.

9. APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado de condução do grupo focal

Objetivos Geral do TCC	O que vou fazer para atingir tais objetivos:
Compreender como os estudantes de uma escola pública convivem com os mecanismos de disciplinamento e como percebem a relação desses mecanismos com a aprendizagem.	
Objetivos Específicos do TCC	
Identificar como são definidos e organizados os mecanismos disciplinares da escola;	<p>Após a leitura do PPP e regimento interno da escola, identificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as concepções de disciplina e indisciplina, e se há evidências sobre a relação entre esses elementos e o processo de aprendizagem dos alunos. - se há informações sobre a forma como o documento foi produzido e organizado; - como está definido o processo de aplicação dos mecanismos de disciplinamento no espaço escolar
Identificar as concepções de alunos da escola pública investigada sobre disciplina;	<p>Bloco 1 de discussão no grupo focal com alunos</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificar o que entendem por disciplina para isso, será feita a seguinte provocação: <p>1- O que é disciplina e o que pensam sobre a disciplina na escola?</p>
Compreender como os alunos percebem os mecanismos de disciplinamento existentes na escola e como os mesmos são colocados em prática;	<p>Bloco 2 de discussão no grupo focal com alunos</p> <p>Perguntar aos alunos o que eles entendem sobre as seguintes provocações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como o que está previsto no regimento da escola sobre a disciplina é vivenciada na escola? - Como alunos se posicionam diante da frase: Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas (Rubem Alves)
Analisar a concepção dos alunos acerca do que eles pensam sobre a relação entre disciplina e aprendizagem.	<p>Bloco 3 de discussão no grupo focal com alunos</p> <p>Como respondem a seguinte questão:</p> <p>O aluno disciplinado é aquele que aprende mais?</p>

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) aluno, Meu nome é Luan Andrade de Jesus, discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e estou desenvolvendo a pesquisa intitulada: “MECANISMOS DE DISCIPLINAMENTO: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE CONTROLE E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS”, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tal pesquisa tem o objetivo de Compreender como que os alunos de uma escola pública percebem a relação entre mecanismos de disciplinamento e aprendizagem, e está sob a orientação da Profª Drª Rosilda Arruda Ferreira (UFRB). Os participantes desse estudo são alunos da rede pública de ensino incluindo o(a) senhor(a). Desta forma, por meio deste termo, convido-lhe a participar deste estudo por meio de um grupo focal. Sua participação é voluntária e em caso de dúvidas poderá entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. É indispensável que saiba a importância de sua participação para o encaminhamento dessa pesquisa, porém, se após concordar com a sua participação o(a) Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados em veículos científicos, mas asseguramos a confidencialidade da identidade dos participantes, uma vez que o grupo focal será restrito ao pesquisador, acrescentando um nome fictício para cada participante.

Caso aceite participar, marque a caixa de seleção abaixo

Agradecemos a atenção e ressalto que estamos à disposição para dirimir qualquer dúvida que venha a surgir.

Atenciosamente,

Luan Andrade de Jesus

E-mail: luann_andrade@hotmail.com